

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**KARINA BEZERRA DA FONSECA E SILVA**

**O CONSUMO DO ÁLCOOL ENTRE OS ADOLESCENTES ESTUDANTES DE  
ESCOLAS PRIVADAS CATÓLICAS DE NATAL – RN, 2004-2005**

**NATAL – RN  
2006**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**KARINA BEZERRA DA FONSECA E SILVA**

**O CONSUMO DO ÁLCOOL ENTRE OS ADOLESCENTES ESTUDANTES DE  
ESCOLAS PRIVADAS CATÓLICAS DE NATAL – RN, 2004-2005**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Serviço Social.**

**Orientador: Prof. Dr. João Dantas Pereira.**

**NATAL – RN  
2006**

**KARINA BEZERRA DA FONSECA E SILVA**

**O CONSUMO DO ÁLCOOL ENTRE OS ADOLESCENTES ESTUDANTES DE  
ESCOLAS PRIVADAS CATÓLICAS DE NATAL – RN, 2004-2005**

**Dissertação apresentada à Pós-  
graduação em Serviço Social da  
Universidade Federal do Rio Grande do  
Norte como requisito parcial para a  
obtenção do grau de mestre em Serviço  
Social.**

**Aprovado em \_\_\_\_\_ de 2006**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. João Dantas Pereira – UFRN  
Presidente (orientador)**

---

**Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida  
Membro Titular – UFPB**

---

**Izete Soares da Silva Dantas Pereira  
Membro Titular – UFRN**

---

**Maria Audenora das Neves Silva Martins  
Membro Suplente - UERN**

## DEDICATÓRIA

Dedico esta obra a todos aqueles que acreditam na superação de desafios, na realização de sonhos e que sempre procuram entregar o melhor de si em prol de conquistas. Graças a Deus por tudo!

## AGRADECIMENTOS

Neste especial momento temo em ser injusta ao esquecer de mencionar alguém que compartilhou comigo este período marcante em minha vida. Mesmo assim, vou prosseguir nesta indispensável tarefa: o exercício da gratidão.

Agradeço ao Pai, na pessoa do seu filho Jesus Cristo. “Ao rei eterno, imortal, invisível e real, seja a ELE toda a Glória”.

Aos meus pais Maria Darc Bezerra e Roberto Carlos França da Fonseca e Silva, pelo amor e incentivo sempre dispensados a mim. Com carinho também agradeço ao meu irmão Bruno Lopes.

À minha avó Adailda França da Fonseca e Silva (in memoriam) a sua dedicação e seu amor.

Aos demais familiares que, de diversas maneiras, mostraram compreensão e apoio. Quero, em especial, agradecer a todos que compõem a minha casa: Tia Dulce, Kétsia, Rodrigo, Conceição, Thamy e Dulcinha.

Às amigas e amigos que vibravam comigo a cada conquista, sendo também este momento de vitória compartilhado com eles: Coele Raquel, Elândia Mirtes, Joelma Sena, Thamara Priscila, Valéria Marinho, Renata Rocha, Jane Cristina, Mariana Monjardim, Yara Rodrigues, Claudia Castro e família, Leda e família, Jean Carlo e Flávio Henrique. Que Deus retribua a todos a alegria e o apoio que sempre me dispensam! Também agradeço às colegas de turma, pelos bons momentos vividos.

Aos professores que formam o corpo docente da pós-graduação em Serviço Social na UFRN, em especial a João Dantas Pereira e Izete Soares Dantas Pereira os quais, além de professores, tornaram-se inesquecíveis amigos e exemplos de vida.

À professora Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida a sua dedicação acadêmica para com o programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Aos participantes da base de pesquisa Exclusão Social, Saúde e Cidadania, não apenas pelos conhecimentos adquiridos com vocês, mas também pela amizade e boa presença em minha vida.

Aos funcionários do Departamento de Serviço Social, em especial a Maria Lúcia da Silva, por sua disponibilidade e simpatia. Muito obrigada.

Aos alunos participantes desta pesquisa, bem como às respectivas diretorias das escolas que permitiram a realização deste trabalho.

Aos demais que cruzaram o caminho de minha vida neste período e me ajudaram, de algum modo, a atingir este objetivo.

## RESUMO

O estudo “O consumo do álcool entre adolescentes estudantes de escolas privadas católicas de Natal – RN, 2004-2005” tem como objeto a compreensão do fenômeno do consumo do álcool que ocorre entre os adolescentes. Adota-se como *locus* de pesquisa escolas privadas católicas de Natal – RN, as quais atendem alunos provenientes de grupos sociais pertencentes às classes atendidas pelas escolas privadas de Natal. O público pesquisado corresponde a 87 adolescentes que responderam ao questionário misto, com perguntas abertas e fechadas. A pesquisa utiliza como procedimento a amostra intencional, a qual, pelas facilidades de acesso, privilegia indivíduos que no momento de realização da pesquisa mostram-se em condição de participar da mesma. O estudo apresenta caráter quantitativo e qualitativo. Apresenta os seguintes objetivos: 1-Analisar em que circunstâncias os adolescentes fazem uso de bebidas alcoólicas; 2- Identificar o conhecimento que os adolescentes têm sobre os efeitos do álcool; 3 - Entender o papel de atuação da instituição escola na prevenção do uso do álcool pelos adolescentes. A análise privilegia a interpretação das respostas. No tocante à fundamentação teórico-metodológica adotam-se como referencial a Teoria do Controle Social e a Teoria do Interacionismo Simbólico. Os capítulos aqui constantes encontram-se organizados da seguinte maneira: O primeiro capítulo aborda a situação atual de consumo adolescente de drogas em geral e o enfrentamento social desta situação. O segundo capítulo apresenta aspectos socioculturais do consumo do álcool e a descrição de algumas características do público pesquisado. O terceiro capítulo enfatiza a escola e sua atuação junto aos jovens e à sociedade em geral, no sentido de prevenção e combate ao uso do álcool bem como das demais drogas.

Palavras – chave: Adolescência, Consumo do álcool, Cultura, Educação preventiva.



## **ABSTRACT**

This study has an object the understanding of the alcohol phenomenon consumption that occurs among teenagers. It is adopted as research locus catholic private schools of Natal - RN, which receive pupils proceeding from the social groups pertaining to the classes taken from Natal private schools. The researched public corresponds to 87 teenagers, who had answered to a mixing questionnaire, with open and closed questions. The research uses as a procedure the intentional election, which for the access easinesses privileges subjects who, at the moment of the research accomplishment, reveal to be in condition to participate of it. The study presents quantitative and qualitative character. It presents the following objectives: 1-Identify in which circumstances the teenagers make alcoholic beverage use; 2 - To identify the knowledge that the teenagers have on the alcohol effects; 3 - To identify the performance role of the school institution on the prevention of alcohol use by teenagers. The analysis method used corresponds to the one called answers interpretation method. Regards to the theoretical-methodological support, the Social Control Theory and the Symbolic Interactionism Theory are adopted as referential. Its contained chapters are organized in the following way: The first chapter approaches the situation of drugs adolescent consumption in general and the social confrontation of this situation. The second chapter presents sociocultural aspects of the alcohol consumption and the description of some of the researched public characteristics. The third chapter emphasizes the school and its performance next to the teenagers and the society in general, towards the prevention and combat of the alcohol use, as well as of other drugs.

**Key-words:** Adolescence, Alcohol consumption, Culture, Preventive Education.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição dos entrevistados segundo tipos de bebidas consumidas pelas famílias. Natal - RN, 2004-2005.....	43
Gráfico 2: Distribuição dos entrevistados segundo o consumo do álcool pela família. Natal - RN, 2004-2005.....	44
Gráfico 3: Distribuição dos entrevistados segundo a ocorrência de embriaguez. Natal - RN, 2004 - 2005.....	51
Gráfico 4: Distribuição dos entrevistados segundo faixa etária de experimentação do álcool. Natal - RN, 2004-2005.....	56
Gráfico 5: Distribuição dos entrevistados segundo a idade. Natal - RN, 2004-2005.....	59
Gráfico 6: Distribuição dos entrevistados segundo a situação familiar. Natal - RN, 2004-2005.....	62
Gráfico 7: Distribuição dos entrevistados segundo a religião. Natal - RN, 2004-2005.....	64
Gráfico 8: Distribuição dos entrevistados segundo inserção em grupos. Natal - RN, 2004-2005.....	65
Gráfico 9: Distribuição dos entrevistados segundo o sexo. Natal - RN, 2004-2005.....	67
Gráfico 10: Distribuição dos entrevistados segundo ocupações além das aulas. Natal RN, 2004-2005.....	69
Gráfico 11: Distribuição dos entrevistados a respeito da proibição da venda de bebidas alcoólicas nas proximidades da escola. Natal - RN, 2004 - 2005...	77

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição dos entrevistados segundo a frequência do uso de drogas ilícitas. Natal - RN, 2004 – 2005.....	28
Tabela 2: Distribuição dos entrevistados segundo a frequência do uso de medicamentos sem prescrição médica. Natal - RN, 2004 – 2005.....	32
Tabela 3: Distribuição dos entrevistados segundo a frequência do uso de tabaco. Natal - RN, 2004 – 2005.....	36
Tabela 4: Distribuição dos entrevistados de acordo com as companhias no ato de experimentação do álcool. Natal - RN, 2004-2005.....	45
Tabela 5: Distribuição dos entrevistados segundo a frequência do consumo alcoólico. Natal - RN, 2004 – 2005.....	46
Tabela 6: Distribuição dos entrevistados segundo as justificativas apresentadas para o seu consumo alcoólico. Natal - RN, 2004-2005.....	52
Tabela 7: Distribuição dos entrevistados segundo as justificativas apresentadas para o seu consumo alcoólico. Natal - RN, 2004-2005.....	54
Tabela 8: Distribuição dos entrevistados segundo as justificativas apresentadas para o seu consumo alcoólico. Natal - RN, 2004-2005.....	55
Tabela 9: Distribuição dos entrevistados segundo o índice de reprovação. Natal - RN, 2004-2005.....	70
Tabela 10: Distribuição dos entrevistados segundo o entendimento de como se tornar um alcoolista. Natal - RN, 2004 - 2005.....	81
Tabela 11: Distribuição dos entrevistados a respeito do que atrapalha o desempenho escolar. Natal - RN, 2004-2005.....	85
Tabela 12: Distribuição dos entrevistados a respeito do que atrapalha o desempenho escolar.....	85
Tabela 13: Distribuição dos entrevistados segundo o conhecimento do álcool ser prejudicial à saúde. Natal - RN, 2004 - 2005.....	87
Tabela 14: Opinião dos entrevistados sobre se beber bebidas alcoólicas é prejudicial à saúde.....	87
Tabela 15: Distribuição dos entrevistados a respeito da participação da escola na prevenção ao uso do álcool e suas conseqüências. Natal - RN, 2004 – 2005.....	90

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1:CAUSAS, TIPOS E DURAÇÕES DAS PUNIÇÕES .....	76
--	----

## LISTA DE SIGLAS

CID - Classificação Internacional de Doenças, Lesões e Causas de Óbito .....	22
INCA - Instituto Nacional do Câncer.....	46
CONTAPP - Coordenação Nacional de Controle do Tabagismo e Prevenção Primária de Câncer .....	46
CONAD - Conselho Nacional Antidrogas .....	50
CONAR - Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária .....	50
ABEAD - Associação Brasileira de Estudos do Álcool e Outras Drogas .....	52
AMB - Associação Médica Brasileira .....	52
SENAD - Secretaria Nacional Antidrogas .....	52
SDA – Síndrome de Dependência do Álcool .....	57
ADH - Álcool desidrogenase .....	69

## LISTA DE APÊNDICES

Apêndice 1: Questionário .....	102
Apêndice 2: Termo de compromisso .....	106

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1: CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS ILÍCITAS E LÍCITAS: SITUAÇÃO ATUAL DE CONSUMO ADOLESCENTE E ENFRENTAMENTO SOCIAL.....	28
CAPÍTULO 2: O CONSUMO DO ÁLCOOL E SUAS DETERMINAÇÕES SOCIOCULTURAIS ENTRE OS ADOLESCENTES ESTUDANTES DE ESCOLAS PRIVADAS CATÓLICAS DE NATAL.....	41
2.1: As drogas e os adolescentes estudantes de escolas privadas católicas de Natal 2004-2005.....	60
CAPÍTULO 3 - ESCOLA, CONTROLE SOCIAL E EDUCAÇÃO PREVENTIVA: ENFRENTAMENTO DO CONSUMO DE ÁLCOOL ENTRE OS ADOLESCENTES ESTUDANTES DE ESCOLAS PRIVADAS CATÓLICAS DE NATAL – RN.....	74
3.1: A escola e o controle social.....	74
3.2: A escola e o consumo alcoólico: o papel da educação preventiva.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
RECOMENDAÇÕES.....	100
REFERÊNCIAS.....	102
APÊNDICES.....	105

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa apresenta por objeto de investigação “O consumo do álcool entre adolescentes estudantes de escolas privadas católicas de Natal - RN, 2004-2005”.

Este estudo visa à compreensão do fenômeno do consumo do álcool que ocorre entre os adolescentes. Além disto, pretende compreender o papel da escola quanto à prevenção ao consumo do álcool.

Adota-se como *locus* de pesquisa escolas privadas católicas de Natal – RN, as quais atendem alunos provenientes de grupos sociais pertencentes às classes atendidas pelas escolas privadas de Natal.

Salienta-se que dentre as oito escolas elencadas para execução deste estudo, apenas, duas prontificaram-se em participar do mesmo. Verifica-se, assim, a resistência que o tema de pesquisa proposto pôde provocar, apesar do consumo do álcool ser lícito nesta cidade, bem como em todo o Brasil.

Diante desta limitação, os questionários foram aplicados a um total de 87 adolescentes, no período de 2004 - 2005. Responderam ao questionário misto, com perguntas abertas e fechadas (apêndice 1). Faz-se necessário esclarecer que o questionário utilizado foi submetido ao pré-teste realizado em escolas da rede municipal e estadual em Natal – RN durante a realização da pesquisa “Alcoolismo Juvenil” protagonizada pela base de pesquisa Exclusão Social, Saúde e Cidadania da Universidade Federal do Rio Grande do Norte no período de 2003.

Segundo dados fornecidos pela Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, as duas escolas pesquisadas têm no total 151 professores e 1112 alunos do ensino médio.

A pesquisa utiliza como procedimento a amostra intencional, a qual, pelas facilidades de acesso, privilegia indivíduos que no momento de realização da pesquisa mostram-se em condição de participar dela. É válido salientar que o anonimato das escolas envolvidas e também dos respectivos alunos participantes é assegurado (apêndice 2).

A amostra intencional faz parte da designada amostragem não-probabilística. Tem como principal característica a não adoção de formas aleatórias de seleção, o que torna impossível a aplicação de fórmulas estatísticas para o seu



cálculo. A referida característica faz com que essa amostra não possa ser usada como objeto de certos tipos de tratamento estatístico. A amostra intencional é o tipo mais comum de amostra não-probabilística.

No caso desta pesquisa, interessou-se, apenas, pela opinião de determinados elementos do universo, embora não representativo do mesmo, devido às dificuldades de acesso às informações. Tal situação explica-se pelo fato de o alcoolismo juvenil se tratar, ainda, de um fenômeno-tabu, sobretudo do ponto de vista religioso. Procurou-se identificar a opinião de alguns sujeitos diretamente ligados às dinâmicas das duas escolas privadas católicas, sujeitos desta pesquisa. As dificuldades de ordem técnica, moral e de tempo não permitiram dirigir-se à comunidade escolar mais representativa, mas, sim, a todos aqueles que, segundo seu entender e/ou funções que desempenham, cargos que ocupam e prestígio social, exercem as funções de líderes de opinião na comunidade:

Pressupõe que estas pessoas, por palavras, atos ou atuações têm a propriedade de influenciar a opinião dos demais [...] uma vez aceitas as limitações da técnica, a principal das quais é a impossibilidade de generalização dos resultados do inquérito à população, ela tem a sua validade, dentro de um contexto específico (MARCONI; LAKATOS, 1986, p. 47).

Este estudo privilegia uma abordagem quantitativa, embora também utilize alguns dados qualitativos. Sua inovação dá-se pelo fato de, nessas escolas, não ter sido realizada nenhuma pesquisa anterior no âmbito da temática do consumo do álcool, além de o público atendido nessas escolas não ser alvo deste tipo de pesquisa. Nesse sentido, esclarece-se que os jovens atendidos pelas escolas da rede pública são mais visados para este tipo de situação.

Desta feita, no intuito de atender o esclarecimento deste objeto definem-se os seguintes objetivos de pesquisa:

- 1-Identificar em que circunstâncias os adolescentes fazem uso de bebidas alcoólicas.
- 2- Identificar o conhecimento que os adolescentes têm sobre os efeitos do álcool.
- 3 - Identificar o papel de atuação da instituição escola na prevenção do uso do álcool pelos adolescentes.

Ao definir tais objetivos de pesquisa a colocação de algumas questões torna-se imprescindível.

1 - O consumo de bebidas alcoólicas também ocorre entre adolescentes pertencentes às classes consideradas médias, médias altas e altas, ou apenas em classes consideradas subalternas?

2 - O consumo do álcool é uma prática sociocultural ou, apenas, uma opção individual?

3 - A licitude de fabricação, comercialização e consumo de bebidas alcoólicas dificulta a consideração, por parte da sociedade, do álcool como droga (substância psicotrópica)?

4- A escola pode, aliada aos outros setores sociais, contribuir com o enfrentamento do uso de substâncias psicoativas?

Tais questionamentos estarão, igualmente, norteando o presente trabalho.

A análise privilegiou a interpretação das respostas. No tocante à fundamentação teórico-metodológica adotam-se como referencial a Teoria do Controle Social e a Teoria do Interacionismo Simbólico. Neste sentido, faz-se necessária uma breve contextualização a respeito do que trata cada uma delas e que articulação é possível fazer com o objeto de pesquisa aqui tratado.

A teoria do Controle Social é baseada nas premissas denominadas Conformidade e Desvio. Conformidade pode ser entendida enquanto ação orientada para uma norma especial, compreendida dentro dos limites de comportamento por ela permitido ou delimitado. A premissa “desvio” é um comportamento considerado disfuncional em relação ao grupo em que ocorre. Mostra-se desprovido de conotações valorativas, ou seja, as normas dos diferentes grupos constitutivos de uma sociedade mais ampla podem ser opostas. Desse modo, normas consideradas funcionais, harmônicas em um grupo, podem não ser em outros grupos sociais (LAKATOS, 1999).

Faz-se necessário enfatizar o conceito de socialização. Consiste no processo pelo qual ao longo da vida a pessoa humana aprende e interioriza os elementos socioculturais do seu meio, integrando-os na estrutura da sua personalidade sob a influência de experiências de agentes sociais significativos (familiares e educadores, por exemplo) adaptando-se assim ao ambiente em que deve viver (ROCHER, 1976).

Neste âmbito, o comportamento do indivíduo é influenciado pelos padrões da cultura em que vive:

Embora cada pessoa tenha um caráter exclusivo, devido às próprias experiências, os padrões culturais, de diferentes sociedades, produzem tipos diferentes de personalidades, característico dos membros dessas sociedades. O padrão se forma pela repetição contínua. Quando muitas pessoas em dada sociedade, agem da mesma forma ou modo, durante um largo período de tempo, desenvolve-se um padrão cultural (LAKATOS, 1999, p. 139).

O controle social são os processos e os meios pelos quais o grupo limita os desvios em relação às normas sociais. O sistema de controle social de uma sociedade seria o padrão de pressões que ela exerce para manter as normas estabelecidas socialmente. Quando o comportamento considerado “normal”, “adequado” é rompido, instala-se um “desvio”, origina-se um processo de sanções.

As sanções têm como função punir a infração, impedir futuros desvios e, ainda, alterar as condições que originam o comportamento desviado.

O conjunto de sanções positivas e negativas constitui, portanto, motivação para que os indivíduos regulem o seu comportamento, efetivando-o pelo desejo que tem de obter a aprovação de seus semelhantes, ou seja, receber recompensas.

Nesse sentido, salienta-se que a sociedade tem diferentes recursos para demonstrar a sua satisfação em relação a determinadas ações de seus membros e grupos. Por exemplo, têm-se os elogios, os diplomas, as concessões de benefícios.

Neste momento, interessa frizar as chamadas “sanções especificamente sociais”. Estas são as mais numerosas e diversas. Nesta modalidade de sanções, os grupos de amigos, a família, a comunidade sancionam os membros do grupo conforme a gravidade da falta cometida. Sendo assim, a pessoa, cujo comportamento é reprovado, pode encontrar-se isolada, sendo alvo de críticas. Observa-se que, quanto menor o grupo ou a comunidade, mais intensamente este isolamento é sentido.

Outro conceito necessário para entendimento desta teoria é o dos Códigos, ou seja, os modelos culturais que exercem determinados “constrangimentos” sobre a ação dos indivíduos ou dos grupos: são normas de conduta, cuja persuasão ou discussão está nas sanções positivas ou negativas, de aprovação ou reprovação. Tais códigos variam de grupo para grupo podendo ser mutáveis com o tempo (LAKATOS, 1999).

Conforme Mendoza (2004), o Interacionismo Simbólico pode ser definido como estudo dos modos, através dos quais as pessoas atribuem sentido às

situações que vivem e das maneiras como conduzem suas atividades nas relações com as outras, em seu cotidiano. Desse modo, revela-se como uma perspectiva prática que busca vincular a visão de como a vida humana é vivida na prática e como é a experiência rotineira das pessoas cujas vidas se pretende estudar. Apresenta três premissas básicas:

- 1- Os seres humanos atuam com relação às coisas com base nos sentidos que tais coisas contêm para eles.
- 2- O sentido dessas coisas aparece a partir da integração grupal que alguém tem com seus semelhantes.
- 3- Esses sentidos são administrados e modificados através de um processo interpretativo usado pela pessoa para lidar com as coisas que encontra.

Segundo este referencial teórico, a sociedade é vista como processo, estando o indivíduo e ela intimamente relacionado. A subjetividade do comportamento humano é parte importante no processo da formação e manutenção da dinâmica do grupo social.

Entende-se que a vida humana é comunitária, ou seja, os comportamentos humanos não podem ser entendidos fora do contexto comunitário em que vivem.

Assim sendo, apesar de apresentarem uma herança genética, consciência de mundo das pessoas, suas habilidades para aprender e criar são desenvolvidas junto com a aquisição de uma linguagem comunitária.

À medida que compartilham um conjunto de símbolos, portanto, as pessoas são capazes de realizar a comunicação mutuamente, atuando de maneira que tenham sentido umas para as outras. Desse modo, os objetos não têm sentido predefinidos, as pessoas lhes dão significados através dos modos como atuam em relação a eles.

Segundo esta teoria, para haver cooperação entre as associações humanas, alguns mecanismos devem estar presentes de modo que cada participante individual possa entender as linhas de ação dos outros e possa direcionar o seu comportamento, a fim de que possa acomodar-se àquelas linhas de ação.

Neste âmbito, as intenções são transmitidas por gestos que se tornam simbólicos, passíveis de serem interpretados. A sociedade humana se fundamenta, tendo como base o consenso de sentidos compartilhados sob a forma de compreensões e expectativas comuns.

Como seres interativos e auto-reflexivos, os seres humanos também controlam, analisam, ajustam e avaliam seu próprio comportamento com o passar do tempo.

Esta constatação de que o indivíduo também pode perceber, considerar e trocar seu próprio comportamento no processo de linhas de ação em relação às coisas trouxe explicações profundas para o comportamento humano. A ação humana, portanto, não pode ser concebida apenas como um comportamento observável, porém pressupõe uma parte reflexiva, “encoberta”.

Neste enfoque, a pessoa é o resultado da atividade social organizada de um sujeito que corresponde à conduta social de seu grupo de referência, mas que pode ter reações ou manifestações individualmente diferentes. Cada indivíduo se constrói a partir da adoção de atitudes de outros, que logo depois de serem adotadas, afetam a sua própria conduta.

Alguém se transforma em pessoa na medida em que pode adotar a atitude de outro e atuar em relação a si mesmo como atuam outros.

Desse modo, a conduta social somente pode ser entendida dentro do contexto da estrutura social na qual se desenvolve.

O comportamento desviante tem a ver com a freqüência que ocorre; não é um comportamento habitual e quando passa a ser habitual põe em causa a norma que o tornava desviante. Pode-se então dizer que o desvio é uma diferença entendida negativamente. Nesse sentido, é um comportamento que não corresponde às expectativas; que não é geral, sendo diferente.

Faz-se necessário esclarecer a diferença ocorrente entre o desvio voluntário e o involuntário. Há um conjunto de comportamentos que não correspondem a situações consideradas normais, mas que resultam de uma ação involuntária, como, por exemplo, a doença mental. Os outros tipos de desvios correspondem, de algum modo, a uma escolha do sujeito.

Mostra-se imprescindível salientar que o desvio apresenta a característica da relatividade. A definição do que é ou não desvio é variável no tempo e no espaço. Em todas as sociedades existe um conjunto de valores e normas que são destinados a estabelecer o que está certo ou errado. Desse modo, tal relatividade denuncia que é mais conveniente falar na existência dos mundos do desvio.

A noção de desvio pressupõe a existência de um mundo normativo:

O desvio é essencialmente o produto de um juízo feito sobre uma dada conduta ou sobre uma maneira de ser [...] o que significa que o desvio só pode ser entendido no processo de interação entre o que julga e o que está sendo julgado (SÁ, 2001, p. 41).

Segundo a teoria do Interacionismo Simbólico, o desvio é uma construção social. Não é uma qualidade do ato da pessoa que pratica, mas uma consequência da aplicação por parte das pessoas de regras e sanções a alguém considerado transgressor. Assim, o desvio é criado pela norma, ou seja, são os sujeitos que, ao rotularem os outros de desviantes, constroem o chamado desvio. Pode ser compreendido enquanto uma construção social, que implica afirmar que não há desviantes propriamente ditos, mas sim, processos em que os atores sociais se tornam desviantes (MENDOZA, 1999).

Os interacionistas chamam de desvio a qualquer forma de comportamento que transgrida as normas aceitas e definidas por um grupo, ou por uma instituição em uma dada sociedade. Estudam o conjunto das relações sociais que concorrem para o desvio.

Nesse sentido, pode-se verificar a existência de pelo menos dois sistemas de ação confrontantes: o olhar da sociedade e o olhar dos estigmatizados. Então, o desvio não é inerente aos indivíduos e aos seus atos, mas é construído pouco a pouco, por múltiplos agentes. Assim, as categorias definidas pela sociedade detêm limites que não são nem naturais, nem previamente conhecidos, mas estão sempre em construção.

Quanto à norma, esta pode ser entendida como: toda a situação ou todo comportamento esperado por um grupo social, sendo algumas ações indicadas e outras condenadas. As normas vão induzir a um conjunto de comportamentos tipificados, cujo não cumprimento origina sanções com várias gradações. Mas as normas constituem um sistema que não está fechado em si mesmo, pois pressupõe sempre a existência de um conjunto de valores, dos quais elas emanam.

Configura-se, assim, um duplo olhar. Os dois mundos, o da normalidade e o do desvio não coexistem somente lado a lado, mas penetram-se e recobrem-se em numerosos pontos de contato.

Xiberras (1993) propõe uma perspectiva inversa do desvio, que não é mais uma qualidade do ato cometido, ou do seu autor, mas uma consequência provocada pela reação dos outros: um atributo, um estigma. É uma propriedade que

não pertence à pessoa desviante, nem ao seu comportamento, mas à interação entre os dois grupos: os transgressores e os que regem os atos de transgressão.

A compreensão do conceito de socialização é de fundamental importância. Tanto o interacionismo simbólico quanto a análise estratégica entendem que a socialização constitui um processo em que os atores socializados não têm uma posição passiva face a sociedade nem face às coisas, mas interagem constantemente a partir das próprias vivências. É um processo relativamente aberto.

Segundo o enfoque do Controle Social e do Interacionismo Simbólico, o consumo do álcool entre os adolescentes pode ser problematizado. Que sentido adquire o álcool na vida dos adolescentes participantes desta pesquisa?

No tocante às categorias de análise utilizadas para alcance da compreensão do fenômeno escolhido para este estudo tem-se: Adolescência, Família, Drogas, Consumo do álcool, Uso nocivo do álcool, Síndrome de Dependência do álcool, Mídia, Cultura, Socialização, Controle social, Interacionismo Simbólico, Escola, Educação preventiva. Tais categorias são discutidas a seguir.

A adolescência envolve a transição entre a infância e a juventude. É uma etapa extremamente importante no desenvolvimento humano com características muito particulares que levam este ser a formar-se num ser adulto.

As mudanças corporais e mentais que ocorrem nesta fase são universais com algumas reservas psicológicas e relacionais que variam de cultura para cultura, de grupo para grupo e até entre indivíduos de um mesmo grupo, conforme Zagury (2000).

Nesta fase, paralelamente ao desenvolvimento físico, ocorrem modificações em nível social. O grupo de amigos passa a ter a sua importância aumentada e acentua-se a tendência à imitação na forma de se vestir, falar e agir.

Desta feita, os adolescentes temem não ser aceitos e valorizados pelos amigos, motivo pelo qual procuram imitar seus companheiros, inclusive em alguns hábitos prejudiciais à saúde.

A adolescência consiste em um período próprio para a experimentação de coisas novas como o álcool e outras drogas, por curiosidade, para sentir-se adulto, ou para pertencer a um grupo, não sendo alvo de suas sanções. Neste contexto, é difícil determinar quais adolescentes vão desenvolver problemas relacionados à dependência química.

Faz-se necessário uma breve conceituação do termo família. Assim sendo, tem-se que:

A família é o primeiro mundo da criança; é como uma sociedade em miniatura, na qual ela desperta para a vida em comunidade, começa a formar uma imagem de si mesma, experimenta suas primeiras reações afetivas e forma as bases para o desenvolvimento de sua personalidade. Desse modo, as relações entre os integrantes da família fornecem a estrutura para a formação dos primeiros conceitos, sentimentos, atitudes e tudo o que, mais adiante, fará parte dos traços pessoais da criança (BARRETTO, 2000, p.46).

De acordo com a literatura especializada, drogas são substâncias utilizadas para produzir alterações, mudanças nas sensações, no grau de consciência e no estado emocional. As alterações causadas por essas substâncias variam de acordo com as características da pessoa que as utiliza, que droga é utilizada, a quantidade, o efeito que se almeja e as circunstâncias do consumo. Incluem, indubitavelmente, uma sensação de prazer, sem a qual não é possível o entendimento a respeito da atração que exercem sobre o ser humano, conforme Silveira (2000).

O uso do álcool ou do tabaco numa idade precoce aumenta o risco de uso de outras drogas. Após a experimentação, alguns adolescentes desistem ou continuam o uso ocasional sem apresentar problemas significativos; outros, poderão desenvolver a dependência química, aumentando o padrão de uso e incluindo outras substâncias psicotrópicas em um processo que pode acarretar danos mais significativos à saúde e as perdas sociais (GONÇALVES, 1988).

De acordo com a Classificação Internacional de Doenças, Lesões e Causas de Óbito (CID) da Organização Mundial de Saúde, publicado periodicamente, estando em sua décima revisão (CID 10): todas as substâncias psicoativas, inclusive o álcool, foram colocadas numa mesma categoria: F10 – Transtornos mentais e do comportamento decorrentes do uso do álcool. Dos vários elementos que compõem as subcategorias, são relevantes para este trabalho: F10. 1: Uso nocivo do álcool e F10. 2: Síndrome de Dependência de Álcool.

O uso nocivo do álcool (F10. 1) é definido como:

Um padrão de substância psicoativa que está causando dano à saúde. O dano pode ser físico (como nos casos de hepatite decorrente de



autoadministração de drogas injetáveis) ou mental, (episódios de transtornos depressivos secundários a um grande consumo de álcool) (BERTOLOTE, 1997, p.20).

São apresentadas algumas diretrizes para a identificação de uso nocivo de álcool:

O diagnóstico requer que um dano real deva ter sido causado à saúde física e mental do usuário. Padrões nocivos de uso são frequentemente criticados por outras pessoas e estão frequentemente associados a conseqüências sociais diversas. O fato de que um padrão de uso ou uma substância em particular não seja aprovado por uma pessoa, pela cultura ou possa ter levado a conseqüências socialmente negativas, tais como prisão e brigas conjugais, não é por si mesmo evidência de uso nocivo. A intoxicação aguda (F10. 0), ou a 'ressaca' não é por si mesma evidência suficiente do dano à saúde requerido para codificar uso nocivo. O uso nocivo não deve ser diagnosticado se a síndrome de dependência (F10. 2), um transtorno psicótico (F10. 5) ou outra forma específica de transtorno relacionado ao uso de drogas ou álcool está presente (BETOLOTE, 1997, p.21).

A Síndrome de Dependência do Álcool (F10. 2) é definida na CID -10 como:

Um conjunto de fenômenos fisiológicos ou comportamentais e cognitivos no qual o uso de uma substância (o álcool, nesse caso), ou de uma classe de substâncias, alcança uma prioridade muito maior para um determinado indivíduo que outros comportamentos que antes tinham maior valor. Uma característica descritiva central da síndrome de dependência é o desejo (frequentemente forte e algumas vezes irresistível) de consumir drogas psicoativas (as quais podem ou não ter sido medicamente prescritas), álcool ou tabaco. Pode haver evidência de que o retorno ao uso da substância após um período de abstinência leva a um reaparecimento mais rápido de outros aspectos da síndrome do que ocorre com indivíduos não dependentes (BETOLOTE, 1997, p.21).

São apresentadas algumas diretrizes de diagnóstico para a Síndrome de Dependência do Álcool. Entre elas estão:

O estreitamento do repertório de beber: Uma tendência a tomar bebidas alcoólicas da mesma forma em dias úteis e em finais de semana, a despeito das restrições sociais que determinam o comportamento adequado de beber.

Priorização do comportamento de busca de álcool: O sujeito tenta dar prioridade ao ato de beber ao longo do dia, mesmo nas situações socialmente inaceitáveis (trabalho, enfermidade, trânsito).

Aumento da tolerância ao álcool: Aumento da dose para obter o mesmo efeito antes alcançado com doses menores.

Sintomas repetidos de abstinência: Três grupos de sintomas devem ser identificados: físicos (tremores, náuseas, vômitos, sudorese, cefaléia, câibras, tonturas); afetivos (irritabilidade, ansiedade, fraqueza, inquietação, depressão); sensoceptivos (pesadelos, ilusões, alucinações visuais, auditivas e táteis).

Alívio ou evitação dos sintomas de abstinência pelo uso de álcool: O sujeito sente-se mais aliviado dos sintomas através do consumo de álcool. Pode beber pela manhã para sentir-se melhor.

O fator consistentemente vinculado ao uso adolescente de drogas é a utilização pelos amigos, segundo Mendoza (2004). A mesma autora refere que a desaprovação do uso de drogas pelos familiares próximos consiste em um fator protetor contra o uso adolescente de drogas, desde que estes não sejam usuários de drogas lícitas ou ilícitas:

Falta de relações empáticas e de apoio familiar, pressão do grupo, violência doméstica e a baixa auto-estima têm sido relatados como fatores preponderantes de risco. Por outro lado, fatores como religiosidade, estrutura familiar empática, inteligência, conhecimento sobre os efeitos das drogas e a capacidade de enfrentar situações adversas, por meio de comportamentos mais adaptativos, têm sido citados como fatores protetores. Isso nos leva a refletir sobre a importância das atividades que favorecem o desenvolvimento dos componentes cognitivos e morais do jovem, sempre por meio de ações preventivas. Nesse aspecto, portanto, cabe um importante papel aos pais, educadores e profissionais de saúde, cuja postura pessoal e profissional deve funcionar, para o adolescente, como um exemplo, um modelo de conduta para se enfrentar conflitos e situações adversas (RIBEIRO, 1998, p. 32).

No tocante ao consumo de álcool, este é uma das poucas drogas psicotrópicas que tem seu consumo admitido e até incentivado pela sociedade. Esse é um dos motivos pelos quais ele é encarado de forma diferenciada, quando comparado com as demais drogas.

Nesse âmbito, o álcool é a droga mais procurada pelos jovens. A ampla disponibilidade, a generalizada facilidade de aceitação e a extensa promoção das bebidas alcoólicas dentro da nossa sociedade (cultura alcoólica) fazem do álcool a droga de maior uso e abuso (BARRETTO, 2000).

O consumo de mercadorias é influenciado pela cultura, ou seja, os indivíduos agem no sentido de satisfazer os seus desejos, mas, às vezes, são

pressionados em outras direções, por forças culturais. Cultura pode ser conceituada como: “Forma comum e aprendida da vida, que compartilham os membros de uma sociedade, e que consta da totalidade dos instrumentos, de técnicas, instituições, crenças, atitudes, motivações e sistemas de valores que o grupo conhece” (FOSTER, 1999, p.365).

Tratando-se do consumo do álcool, este apresenta não apenas o aspecto material, da bebida em si, pois, “numa cultura de consumo, os artigos mais consumidos assumem um valor simbólico, [...] e isso acontece quando grupos poderosos encorajam os consumidores a quererem mais do que precisam” (SLATER, 2002, p.32).

Quanto à influência televisiva na fomentação desse processo, é preciso também discutir:

A televisão tem uma espécie de monopólio de fato sobre a formação das cabeças de uma parcela muito importante da população [...] Mais ainda, a televisão convida à dramatização [...], põe em cena, em imagens, um acontecimento e exagera-lhe a importância (BOURDIEU, 1997, p. 23).

Ainda neste âmbito:

A televisão é ela mesma um produto do capitalismo avançado e, como tal, tem de ser vista no contexto da produção de uma cultura do consumismo. Isso dirige a nossa atenção para a produção de necessidades e desejos, para a mobilização do desejo e da fantasia, para a política da distração como parte do impulso para manter nos mercados de consumo uma demanda capaz de conservar a lucratividade da produção capitalista (HARVEY, 1992, p.63-64).

Com o intuito de clarificar este aspecto de “poder mágico” do consumo da mercadoria aqui analisada, pode-se afirmar, desde já, que não há nenhuma conexão inerente entre a imagem, por exemplo, da cerveja e a vitalidade que é conferida àqueles que a consomem. Tal conexão é feita em função de códigos culturais construídos socialmente, fazendo com que esses significados pareçam ser suas propriedades naturais (SLATER, 2002).

É pertinente assinalar a “Violência Simbólica” ao consumo de drogas em geral. “A violência simbólica é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com freqüência, dos que a exercem, na medida

em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la” (BOURDIEU, 1997, p.22).

Assim, os consumidores, bem como os produtores comportam-se como uma espécie de “marionetes”, ou seja, as mercadorias são produzidas e consumidas com o intuito de manter uma ordem social estabelecida, sem que os indivíduos envolvidos nesse processo percebam tal manipulação. A citação a seguir clarifica essa experiência:

A cultura do consumo marca um fechamento da capacidade de desenvolvimento humano. Sujeitos humanos, cujo crescimento foi interrompido, enfrentam objetos opressores. No entanto, é isso que o Capitalismo produz como seu princípio fundamental: em virtude da separação entre trabalhadores e meios de produção e a conseqüente redução do trabalho a uma mercadoria, o capitalismo produz necessariamente esses consumidores. Podem ser pobres ou ricos, mas sua capacidade de transformar o mundo tornou-se apenas um meio, para o fim de comprar mercadorias; enquanto suas próprias necessidades e desejos, base de sua relação com o mundo, tornaram-se simples condição para obter lucro (SLATER, 2002, p.115).

A relação de consumo do álcool, a sua funcionalidade é determinada culturalmente, pois, a idéia de que um objeto é útil, ou que tem propriedades úteis depende da existência de um determinado modo de vida, no qual há determinadas coisas a serem feitas e formas de fazê-las. Nesse sentido, “a produção cultural foi empurrada para o interior da mente” (JAMESON, 1985, p.21), produzindo uma espécie de colonização do inconsciente gerando as chamadas “falsas necessidades sociais”, as quais são melhor explicitadas na citação a seguir:

Os produtores têm um permanente interesse em cultivar o excesso e a intemperança nos outros; em alimentar apetites imaginários, a ponto de as idéias sobre o que constitui a necessidade social serem substituídas pela fantasia, pelo capricho e pelo impulso. O produtor capitalista tem cada vez mais o papel de alcoviteiro entre os consumidores e seu sentido de necessidade, excitando neles apetites mórbidos, à espreita de cada uma de suas fraquezas, tudo isso para que se possa exigir o numerário pelo seu serviço de amor. O prazer, o lazer, a sedução e a vida erótica são trazidos para o âmbito do poder do dinheiro e da produção de mercadorias. Portanto, o Capitalismo produz, de um lado, a sofisticação das necessidades e dos seus meios, e, de outro, uma bestial barbarização, uma completa, brutal e abstrata simplificação da necessidade [...] A propaganda e a comercialização destroem todos os vestígios da produção em suas imagens, reforçando o fetichismo que surge automaticamente no curso da troca no mercado (HARVEY, 1992, p. 65).

O valor de uso de uma determinada mercadoria é uma condição necessária à venda, mesmo que não suficiente. No momento da troca, porém, a mercadoria, ainda, não é um valor de uso para o consumidor: Continua sendo uma promessa de certas satisfações, ainda, não realizadas.

A promessa de valor de uso é que está sendo vendida, e essa promessa é feita por meio da aparência da mercadoria; sendo aqui justificável o apelo à estética da mercadoria e sua divulgação, não somente pela propaganda, mas através da arte de vender, das marcas industriais, do *design*, da embalagem e da forma de mostrar o produto; todos aqueles elementos da aparência da mercadoria, por meio dos quais promete satisfações.

Ao considerar o panorama apresentado, o consumo do álcool entre adolescentes estudantes de escolas privadas católicas de Natal - RN, 2004 - 2005 é um trabalho acadêmico composto por três capítulos os quais tratam respectivamente: exposição de caracterização dos adolescentes participantes da pesquisa; o consumo de drogas por parte dos adolescentes, com ênfase ao consumo da droga álcool; o papel da instituição escola enquanto agente promotora da educação preventiva aliada a outros setores sociais. A escola, considerada o segundo grupo de socialização do ser humano, apresenta importante potencial de prevenção e enfrentamento ao consumo do álcool e outras drogas, como é salientado neste trabalho.

Os capítulos estão organizados da seguinte maneira: O primeiro capítulo, aborda a situação atual de consumo adolescente de drogas em geral e o enfrentamento social desta situação. O segundo capítulo apresenta aspectos socioculturais do consumo do álcool e a descrição de algumas características do público pesquisado. O terceiro capítulo enfatiza a escola e sua atuação junto aos jovens e à sociedade em geral, no sentido de prevenção e combate ao uso do álcool, bem como das demais drogas.

## **CAPÍTULO 1: CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS ILÍCITAS E LÍCITAS: SITUAÇÃO ATUAL DE CONSUMO ADOLESCENTE E ENFRENTAMENTO SOCIAL**

O assunto abordado neste capítulo contextualiza-se no âmbito do consumo de substâncias ilícitas e lícitas em geral. Substâncias legalizadas podem ser consideradas “drogas”. O álcool e o tabaco são exemplos disso.

É válido clarificar os conceitos “lícitos”, “ilícitos” para uma maior compreensão do tema abordado:

Drogas lícitas são produtos que contêm substâncias psicoativas cuja produção, promoção, comercialização e consumo não são criminalizados. O fato de serem permitidas não é relacionado com seus efeitos farmacológicos, nem com seu impacto sanitário. Em verdade, o uso das drogas lícitas é responsável por um impacto sanitário centenas de vezes maior do que aquele causado pelas drogas ilícitas. No nosso meio, as drogas lícitas mais consumidas são as bebidas alcoólicas, o tabaco e os medicamentos (ansiolíticos/calmanantes). [...] Drogas ilícitas são produtos contendo substâncias psicoativas cuja produção, promoção, comercialização, uso são criminalizados. As drogas ilícitas mais consumidas em nosso meio são a maconha, os solventes, inalantes, as anfetaminas e a cocaína (DONEDA; SERAFIN, 1999, p.181).

A toxicomania (consumo de substâncias psicoativas) é um fenômeno complexo de natureza biopsicossocial, ou seja, aspectos biológicos, psicológicos e sociais estão em interação. Segundo estatísticas da Organização Mundial de Saúde, um em cada quatro habitantes do mundo recorre a drogas. Outro dado relevante refere-se à indústria farmacêutica, que é atualmente, uma das mais rendosas do mundo (COSTA; GONÇALVES, 1988, p.48). Tais dados remetem a uma faceta da sociedade atual: a existência de regras tóxicas de convivência:

Estas caracterizam o que se costuma chamar de uma 'civilização química', na qual modificar o estado de humor através de uma substância química converteu-se em algo habitual, corriqueiro. Sabemos que, atualmente, tudo que é artificial (inclusive o prazer) é valorizado em detrimento do natural, sendo que este fato se reflete, por exemplo, no desenvolvimento intenso de produtos químicos e na crença do poder mágico desses produtos (COSTA; GONÇALVES, 1988, p.48).

Cada tipo de droga com suas características químicas tende a produzir efeitos diferentes no organismo. A forma como uma substância é utilizada, assim como a quantidade consumida e seu grau de pureza também influenciarão no seu efeito.

Cada usuário com suas características biológicas e psicológicas tende a apresentar reações diversas sob a ação das drogas. São extremamente importantes o estado emocional do usuário e suas expectativas com relação à droga no momento do uso.

Contribui para um novo enfoque de análise do consumo de drogas o fato de que as variações e as tendências no padrão de consumo não dependem, apenas, da disponibilidade dos produtos no mercado.

O uso de drogas acompanha a trajetória do homem em sociedade e, por isso, deve ser entendido do ponto de vista sociocultural. Para diferentes sociedades e diferentes contextos históricos, significados diferenciados (HYGINO; GARCIA, 2003, p.32).

A droga, entretanto, é socialmente aceitável, ou não, dependendo das características da sociedade em questão; de seus valores culturais. Por exemplo, o álcool não é considerado lícito em comunidades muçulmanas. Assim, não é devido aos riscos que a droga representa que ela é considerada lícita ou ilícita.

No tocante ao consumo de substâncias ilícitas por parte dos alunos participantes desta pesquisa tem-se a seguinte configuração:

Tabela 1: Distribuição dos entrevistados segundo a frequência do uso de drogas ilícitas. Natal - RN, 2004 – 2005

FREQUÊNCIA DO USO	PERCENTUAL
Diariamente	
Várias vezes por semana	
Várias Vezes por mês	
Raramente	7%
Não usam	93%
Total	100%

Fonte: Pesquisa “Consumo do álcool entre adolescentes estudantes de escolas privadas católicas de Natal RN, 2004-2005”.

A maioria, ou seja, 93%, afirma não consumir drogas ilícitas. A categoria “raramente”, contudo, merece atenção. Que motivações embasam esse consumo? Serão as mesmas que justificam o uso alcoólico, ou este já não mais satisfaz como antes? Se assim for, ocorre o fenômeno denominado Escalada: “É um comportamento que envolve, de um lado, o aumento de consumo de um mesmo produto (em função do potencial de tolerância desse produto) ou a passagem de um produto a outro (em função da natureza do efeito procurado) [...]” (GONÇALVES, 1988, p. 13).

Nesse âmbito, é válido enfatizar o sentido ideológico que perpassa a dicotomia lícita / ilícita presente na discussão da drogadição:

Essa separação de drogas lícitas e ilícitas não tem qualquer relação com o mal que podem causar, pois ambas são prejudiciais à saúde. A separação está mais ligada a antigas razões políticas e econômicas. As lícitas são as drogas que eram usadas pelos colonizadores como o álcool e o tabaco, e as ilícitas aquelas usadas pelos colonizados como o ópio, a maconha e a coca. Portanto, o uso das últimas é proibido por questões políticas e econômicas do colonizador sobre o colonizado, desconsiderando totalmente a questão do ponto de vista da saúde. Muitos países entram em pânico, porque descobriram que a filha usa maconha, no entanto não mostram a mesma preocupação com um adulto da família que faz uso sistemático de álcool. Ambas as situações são preocupantes (BEZERRA; LINHARES, 1999, p.185).

Logo, as diversas facetas da inserção social das drogas merecem análises minuciosas quanto às suas funções e significações no seio da própria sociedade:

O fenômeno contemporâneo das drogas está situado no centro da sociedade, produzido por ela, em decorrência dos seus modos desequilibrados e injustos de se organizar, se comunicar e valorizar, e não um problema periférico, localizado apenas nos subúrbios ou entre os desviantes da ordem pública. [...] Ele não é produzido além da sociedade e nela instalado, mas sim resultante de seus modos de produção e distribuição de bens e de rendas, pelas metas de lucro a qualquer preço, pelas ambições descontroladas, se não perversas de ganâncias fáceis, pelas leis de mercado, da oferta e da demanda, apoiadas numa legalidade duvidosa e com pouquíssima legitimidade perante as aspirações legítimas da comunidade [...] Numa visão macroeconômica, o consumo de drogas ocupa um lugar de destaque no seio da comunidade, não se opondo ao seu funcionamento, mas inserindo-se nele, participando com alta lucratividade das suas regras mercantis, financeiras e comerciais como tantos outros ramos de produção e distribuição. Em que pese a oposição entre drogas ilegais e legais ambas são regidas pelas regras implícitas ou explícitas do consumo de bens no interior do enredo socioeconômico de extensão hoje mundial (BUCHER, 1996, p.46).



Outros aspectos, também, devem ser considerados para a efetiva compreensão da função social das drogas na sociedade atual. A questão do uso de psicoativos assume, na atualidade, importante papel nos jogos de poder em todos os níveis. Dessa forma, a proibição e perseguição relativas ao uso de certas drogas passaram a servir de pretexto ao exercício de vários tipos de controle: pessoais (vigilância dos pais e educadores sobre os adolescentes); internacionais (justificativas das estratégias de países poderosos na política interna das sociedades periféricas rotuladas como produtora de substâncias ilícitas).

A parcialidade destas abordagens torna-se clarificada na medida em que os maiores problemas de saúde advindos do uso de psicoativos não são apresentados pelos usuários de psicoativos ilícitos, mas sim pelos usuários de bebidas alcoólicas e tabaco.

Conforme pesquisa realizada pelo CEBRID (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas), no ano de 1997, com quinze mil estudantes de ensino médio e fundamental em dez capitais brasileiras obteve-se o seguinte panorama: O uso de cigarros e de bebidas alcoólicas acontece cada vez mais cedo; o primeiro contato com o tabaco ocorre, em aproximadamente 11% dos casos, entre 10 e 12 anos de idade; cerca de 60% dos alunos entre 10 e 12 anos já haviam experimentado bebidas alcoólicas; o uso freqüente de bebidas alcoólicas, seis ou mais vezes por mês, apresentou crescimento em seis das dez capitais estudadas; quase 30% dos estudantes já tinham bebido até se embriagar; após beberem, 11% dos estudantes já brigaram e 19,5% faltaram à escola:

Será possível a existência de fatores motivacionais mais profundos, decorrentes da própria estruturação das sociedades modernas, dos seus desequilíbrios, falhas e injustiças, dos desrespeitos aos direitos humanos e à cidadania, que lhe são inerentes; do seu culto à violência, contrastando com seus vazios culturais? Será possível entender a procura pelo "adito" sem referência à manipulação das massas, pelos diversos canais de comunicação social, colocados a serviço dos poderes constituídos, cuja hegemonia exige a manutenção das relações distorcidas de um verdadeiro apartheid social entre o norte e o sul, entre as classes abastadas e classes pobres ou miseráveis? (BUCHER, 1996, p.87).

Ainda nesse âmbito, é válido salientar o alastramento contínuo da presença de substâncias psicoativas ilícitas no mercado internacional devido à expansão mercadológica do narcotráfico, organizado segundo moderníssimas concepções de gerenciamento, política financeira e comercialização.

As propostas policiais e penais implantadas por legisladores e governantes para enfrentar o problema de consumo das drogas ilícitas, além de criar uma superpopulação carcerária ociosa e custosa, pouco estão contribuindo para enfrentá-lo racionalmente:

Em conseqüência dessas medidas, idealizadas e adotadas no desconhecimento dos determinantes sociais desse uso, o conjunto de ramificações do narcotráfico (essencialmente heroína e cocaína) representa hoje, segundo estimativas internacionais, o terceiro volume de transações comerciais, ultrapassado apenas pelos negócios do petróleo e dos armamentos, com montantes calculados em bilhões de dólares (Bucher, 1996, p.85).

O crescimento contínuo do uso de substâncias ilícitas e lícitas em nível mundial, como os medicamentos psicotrópicos, por exemplo, e a ampla impunidade da qual desfruta a sua comercialização, torna cabível a reflexão sobre a funcionalidade da droga para a manutenção da lógica capitalista de produção e consumo:

O uso de drogas não é uma prerrogativa de um segmento social específico, mas, para determinados segmentos sociais, o acesso, as implicações do uso tem conseqüências mais ou menos perversas, em termos do julgamento social, do interesse pelo combate, das formas de fazê-lo e das possibilidades de tratamento (HYGINO; GARCIA, 2003, p.33).

Conforme Bertolote (1997), a medicalização da vida participa da nova “cultura das drogas” invadindo as sociedades industrializadas. Ele considera a “supermedicalização” apenas como um exemplo penoso das frustrações criadas pelo sistema de superprodução, como reação de consumo diante do consumismo oficialmente apregoado, ou mesmo exigido, como sendo o único padrão de conduta condizente com o desenvolvimento do ser humano:

Logo, parece haver, em escala mundial, um consumo crescente de medicamentos, consumo este que é induzido e incentivado pela propaganda e pela indústria de psicofármacos, corroborando assim as mencionadas regras tóxicas de convivência. Somos levados a crer, portanto, que nos dias de hoje o homem sente a necessidade de utilizar um ‘amortecedor’ entre ele e o mundo (COSTA; GONÇALVEZ, 1988, p.48).

O consumo de medicamentos sem prescrição médica, ou seja, a automedicação, por parte dos alunos entrevistados é demonstrado na tabela 2.

Tabela 2: Distribuição dos entrevistados segundo a frequência do uso de medicamentos sem prescrição médica. Natal - RN, 2004 – 2005

FREQUÊNCIA DO USO	PERCENTUAL
Diariamente	
Várias vezes por semana	3%
Várias Vezes por mês	6%
Raramente	51%
Não usam	40%
Total	100%

Sabe-se que a automedicação é hábito que pode acarretar sérias conseqüências à saúde dos usuários desses medicamentos, mesmo que não estejam no grupo dos psicofármacos. Tal situação, entretanto, não é considerada por 51% dos alunos participantes desta pesquisa que afirmam raramente se automedicarem:

A automedicação pode ser definida de várias formas. Uma primeira abordagem define a automedicação como o uso de medicamentos sem prescrição. Uma maneira mais detalhada de definir automedicação seria o uso de medicamentos sem nenhuma intervenção por parte de um médico, nem no diagnóstico, nem na prescrição, nem no acompanhamento do tratamento. Essa definição tem variado muito, incluindo também, como automedicação, o uso de medicamentos decorrente da orientação de amigos, parentes e outras pessoas não qualificadas tecnicamente para isso. Essas definições vêm-se modificando com o tempo no sentido de mais claramente distinguir o uso correto do uso incorreto de medicamentos (MENGUE; SCHENKEL, 2002, p. 355).

Em comparação desta porcentagem com a tabela referente ao consumo do tabaco, tabela 3 (página 44), apenas 9% fazem uso raro de cigarros, nota-se o não esclarecimento a respeito do perigo do consumo de substâncias químicas mesmo que legalizadas. Configura-se, então, um cenário no qual tais consumidores de medicamentos não percebem que também são usuários de substâncias que podem causar dependência química.

Jesus (2006) questiona e denuncia como pode o Brasil apresentar um quadro precário de saúde pública e, no entanto, estar no *ranking* dos países que

mais consomem medicamentos no mundo? O Brasil, rotulado como país em desenvolvimento, apresenta índices de automedicação alarmantes, quando comparados ao consumo de medicamentos da população de países de primeiro mundo. “Aqui, vende-se mais remédio do que pão!”

O Brasil está entre os cinco maiores consumidores de medicamentos no mundo. São mais de 32 mil rótulos de medicamentos, com 12 mil substâncias. Há uma drogaria para cada 3 mil habitantes, mais que o dobro recomendado pela Organização Mundial de Saúde (JESUS, 2006, p. 1).

A automedicação tem sido uma prática bastante comum no país e, segundo estudos, o remédio mais consumido, sem receita médica, é o analgésico. Uma pesquisa das universidades federais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina avaliou o conhecimento da população sobre os medicamentos compostos pelo ácido acetilsalisílico – princípio ativo presente em muitos analgésicos. O resultado surpreende: quase 90% dos entrevistados desconhecem a substância ativa presente nos medicamentos e os danos que pode causar à saúde (JESUS, 2006).

Medicamento é droga, portanto, os remédios têm efeitos colaterais. Os antialérgicos causam sonolência; antibióticos ocasionam disfunções renais; cortisona provoca pressão alta. Desta feita, nenhum medicamento pode ser consumido sem o acompanhamento de um médico.

A automedicação no Brasil já é um problema grave de saúde pública. O medicamento é visto como mercadoria comum, os doentes como meros clientes e apenas um terço dos medicamentos vendidos por ano vem de prescrições médicas:

Esse alto índice de automedicação da população brasileira também tem forte relação com o mercado ocupado pela indústria farmacêutica, que não mede esforços através das ferramentas de *marketing*, das propagandas e das drogarias adaptadas a verdadeiros supermercados. Tudo para vender medicamentos e até criar uma cultura desenfreada de consumo excessivo dos mais variados medicamentos. Seria então, o sintoma na cultura (JESUS, 2006, p. 3).

A farmácia, considerada como ponto de venda, também pode ser uma das grandes responsáveis pela automedicação no país. Quase 55 mil estabelecimentos desse tipo, nem sempre têm o profissional farmacêutico exigido. Nesse sentido, o trabalho dos balconistas enquanto prescritores de medicamentos mostra-se como alternativa para a população:

São inúmeros fatores que fazem parte desse contexto, mas sem dúvida o sintoma cultural e a falta de informação fazem com que a população brasileira seja vítima da situação. A indústria farmacêutica, que investe milhões em pesquisas buscando a cura das pessoas, é a mesma que não mede esforços ao recorrer a todo tipo de *marketing* e propaganda para esvaziar as prateleiras das farmácias. Essa atitude que pode ser considerada obscena, muitas vezes é analisada como um simples sintoma na cultura e, portanto, desprezada por autoridades (JESUS, 2006, p. 3).

Assim, tanto nos países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos há numerosos fatores socioeconômicos e culturais que contribuem para que aumente o interesse por drogas, inseridas em concatenações motivacionais divergentes, embora perversamente complementares; o próprio consumo leva a aumentar os problemas que lhe deram origem, criando uma série de outros, pelas dependências que desencadeia, pelos danos somáticos que causa, pelos sofrimentos individuais, familiares, pela falta de assistência social e terapêutica nos serviços públicos, pela marginalização, às vezes voluntariamente escolhida, mas involuntariamente ampliada e transformada em perseguição discriminatória:

Como fenômeno global, exige uma abordagem global, integrada planetariamente. (...) Tal situação não implica em abdicação da soberania nacional, mas na criação de mecanismos amplos e supranacionais capazes de reduzir alastramento mundial. Ambas as suas vertentes, de oferta e procura, exigem políticas públicas nítidas e corajosas, a serem definidas com a cooperação dos organismos internacionais (BUCHER, 1996, p.12-13).

Faz-se necessário considerar que, durante a evolução do consumo indevido de drogas, ocorre de modo cada vez mais crescente o uso de substâncias perfeitamente legais que exercem forte atração sobre a população geral, incentivadas pelos meios de comunicação, mas que acarretam conseqüências talvez tão sérias e dramáticas quanto às próprias drogas ilegais:

Percebemos ainda que o grau de aceitação das drogas muda muito de uma cultura para outra e, dentro de uma mesma cultura, tal aceitação se altera com o tempo. O álcool aceito na maior parte das sociedades ocidentais é categoricamente condenado e proibido nas culturas muçulmanas; já a maconha, proibida em geral no Ocidente, é tolerada em alguns países árabes, enquanto forma de expressão cultural comunitária (TOTUGUI, 1988, p.1).

Poucos assuntos apresentam alto nível de problematização quanto à abordagem como o consumo de álcool e tabaco. A experimentação destas drogas apresenta-se como uma maneira de conquistar aprovação e admiração por parte do grupo ao qual pertença.

Socialmente aceitos e amplamente consumidos no país, mas tão prejudiciais à saúde quanto às drogas ilícitas, o tabaco e o álcool, ainda, carecem de enfrentamentos que priorizem trabalhar conceitos que estimulem a promoção da saúde, deixando claro para o público adolescente-jovem o que pode ganhar quando adota um cuidado cotidiano com o corpo e a mente:

Não raro, ao se falar dessas substâncias, a mídia assume um discurso moralista, alarmista e preconceituoso. É preciso ir além da abordagem clássica sobre os problemas gerados pelo consumo dessas drogas, pois perante as pessoas que estão no auge de sua vitalidade, adolescentes e jovens aqui considerados, elas são pouco eficazes (VEET, 2003, p.12).

Não há dúvida entre os especialistas de que essas duas drogas são as que mais causam impactos sociais:

Ao analisar as internações hospitalares decorrentes do uso de drogas no Brasil, entre 1988 e 1999, pesquisadores do CEBRID (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas) ligado à Universidade Federal de São Paulo, descobriram que o álcool foi o responsável por aproximadamente 90% do total [...] Segundo dados apresentados pelo DATASUS (Sistema de Informações do Ministério da Saúde), os gastos públicos com internações decorrentes do uso indevido de álcool e outras drogas cresceram 12% entre 1998 e 2001, passando de 61 milhões para 69 milhões. Tal panorama não considera os prejuízos relacionados a faltas, acidentes e quedas de produtividade no trabalho devido ao abuso do álcool (VEET, 2003, p.13).

Apesar da forte campanha publicitária contra o cigarro, em vários países, nos últimos anos, ainda existem no planeta cerca de 1,2 bilhões de fumantes, 30 milhões no Brasil (VEET, 2003, p.14).

A OMS (Organização Mundial de Saúde) considera o consumo de cigarros a mais devastadora causa evitável de doenças e mortes prematuras da história da humanidade. Segundo este Organismo, o fumo já mata, aproximadamente, cinco milhões de pessoas, por ano, no planeta:

Sabe-se que o ato de fumar começa, na maioria dos casos, na adolescência. Diversos estudos mostram que cerca de 90% das pessoas dependentes do cigarro fizeram suas primeiras experimentações antes dos dezenove anos de idade. As justificativas são muitas, destacando-se: desejo de aceitação pelo grupo, influência dos próprios pais, necessidade de controlar a ansiedade (VEET, 2003, p.14).

A tabela 3 mostra o consumo do tabaco por parte dos alunos envolvidos nesta pesquisa:

Tabela 3: Distribuição dos entrevistados segundo a frequência do uso de tabaco. Natal - RN, 2004 – 2005

FREQUÊNCIA DO USO	PERCENTUAL
Várias Vezes por mês	1%
Raramente	9%
Não usam	90%
Total	100%

De acordo com os dados apresentados, os alunos estudantes de escolas privadas católicas natalenses que foram entrevistados não costumam fazer uso freqüente do tabaco.

O tratamento dado pela imprensa em geral e pelos veículos destinados aos adolescentes relacionados aos temas do tabaco, ainda, é bastante diverso daquele oferecido às questões associadas ao álcool.

Segundo Veet (2003), para com o cigarro, é mais freqüente a abordagem alarmista dos fatos. Os textos apresentam um discurso unificado, o que contribui para o “levante da bandeira” antitabagista. No setor de bebidas alcoólicas, encontram-se pontos de vista com inúmeras diversificações. Razão da diferença: as informações relacionadas ao uso do álcool não são sistematizadas tanto quanto às produzidas pelas entidades que atuam na área do tabaco

O álcool e o tabaco lideram o índice de drogas mais consumidas no Brasil. Intensificar e qualificar as discussões sobre essa temática são um desafio para a sociedade.

Segundo o levantamento realizado pelo CEBRID (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas) no ano de dois mil e dois, em cento e sete

municípios, com mais de duzentos mil habitantes, constatou-se que, entre as nove drogas mais consumidas no país estão o álcool com 68,7%; o tabaco com 41,1% e a maconha com 6,9%. Esta pesquisa realizou-se com participantes entre 22 e 65 anos de idade:

Apesar de acarretar todos os agravos à saúde já explicitados, o consumo de bebidas alcoólicas não apresenta o mesmo nível de repressão coletiva destinada a outras drogas de uso permitido como o tabaco. Este fato pode ser um dos determinantes, bem como o elevado percentual de consumo na população, para que poucos estudos tenham sido realizados na busca de determinar a magnitude de consumo de bebidas alcoólicas na população (BORDIM, 2002, p. 302).

Álcool e tabaco são drogas com características bem distintas. Os processos de uso e dependência são diferentes para cada uma das substâncias, assim como a postura da sociedade diante da relação do jovem com o consumo dessas drogas:

As conseqüências imediatas do consumo de cigarros são aparentemente menos impactantes do que aquelas decorrentes do uso de bebidas alcoólicas, embora o processo de dependência do tabaco se estabeleça de maneira bem mais rápida, pois apenas algumas semanas são suficientes para que o cérebro passe a exigir nicotina [...] Em relação à dependência, os resultados do consumo do álcool, se comparados aos do cigarro, parecem ser menos graves: o número de adolescentes envolvidos com a experimentação que irão se tornar dependentes não ultrapassa 20% (VEET, 2003, p.42).

O hábito de fumar, contudo, ainda é freqüente na população em geral. Os programas de controle do tabagismo, por outro lado, vêm recebendo um destaque cada vez maior em diversos países, ganhando apoio de grande parte da população.

O INCA (Instituto Nacional do Câncer) é o órgão do Ministério da Saúde responsável pelas ações de controle do tabagismo e prevenção primária do câncer no Brasil, por meio da Coordenação Nacional de Controle do Tabagismo e Prevenção Primária de Câncer (CONTAPP).

Quanto mais tarde se dá o início do uso dessas substâncias, menos chances o indivíduo tem de acabar se tornando um usuário regular.

É importante o investimento em diagnóstico precoce e tratamento, os quais agiriam nessa fase, tentando impedir a progressão de um estágio de consumo



para outro mais grave. Alguns autores propõem que os adolescentes deveriam fazer consultas anuais para avaliar o seu estado, tanto do desenvolvimento físico como psíquico:

Cabe ao pediatra ou clínico geral orientar os jovens e também aos pais nas consultas habituais. Estes devem ser orientados a reavaliar e discutir os seus próprios hábitos de consumo de álcool e tabaco, medicamentos e outras drogas; devem ser estimulados a conversar com seus filhos e avaliar situações de estresse familiar, conhecer antecedentes familiares de uso ou abuso de substâncias psicoativas (VEET, 2003, p.37).

O grande desafio editorial em relação a temas como o das drogas lícitas é envolver o leitor mais pelo senso crítico, pela consciência de prevenção e capacidade de escolha por uma vida saudável, do que restringir-se às denúncias de riscos e prejuízos que o tabaco e o álcool acarretam à saúde.

As razões que levam alguém a fumar e consumir bebidas alcoólicas estão intrinsecamente ligadas às combinações de fatores sociais, psicológicos e farmacológicos que variam de pessoa para pessoa:

O hábito de fumar vai além de uma simples dependência à nicotina. Inicialmente, o jovem fuma por mera curiosidade. Com o passar do tempo, no entanto, passa a receber estímulos sociais, culturais, comportamentais que reforçam o seu hábito. A dependência psicológica ao tabaco, então, começa a estabelecer-se (BARRETTO, 2000, p. 72).

Na mídia jovem, especificamente, é preciso levar em conta peculiaridades de um público ávido por experimentação, que é bombardeado por mensagens de consumo com elementos tão envolventes quanto o prazer, o charme, a sensualidade, o poder e a beleza. “A propaganda costuma ser usada para divulgar as suas qualidades sejam elas reais ou não, mas os possíveis malefícios decorrentes de um uso excessivo ou inadequado nunca são mencionados” (PAIVA, 1988, p.34).

## **CAPÍTULO 2: O CONSUMO DO ÁLCOOL E SUAS DETERMINAÇÕES SOCIOCULTURAIS ENTRE OS ADOLESCENTES ESTUDANTES DE ESCOLAS PRIVADAS CATÓLICAS DE NATAL**

Ao longo da história da humanidade, ou da história de grupos culturais específicos, a produção do álcool se observa, ainda, em estágios bastante primitivos. O fato, porém, da antiguidade do conhecimento não basta, por si só, para garantir ao álcool um papel tão destacado na vida dos seres humanos. Encontra-se, certamente, em seus efeitos e nos significados a eles atribuídos a relevância que o álcool veio a adquirir.

O álcool é uma droga psicoativa que admite, dependendo da dose, da frequência e das circunstâncias um uso sem problemas. O álcool é uma droga permitida, lícita, que está presente na maioria das ocasiões sociais, tornando-se quase onipresente em situações relacionadas a comemorações, alegria, relaxamento. Provavelmente, por ser uma substância tão presente na sociedade, costuma-se esquecer que o álcool é uma droga que exerce efeitos físicos e psicológicos sobre os indivíduos:

A maioria das mitologias a respeito da origem do álcool tem pelo menos um ponto em comum: a sua origem divina. Diante dos efeitos psicoativos do álcool, a mente primitiva recorreu à sua veia mística para explicar a sua origem, de resto utilizada para explicar todos os fenômenos além da sua compreensão racional imediata, como o ciclo do dia e da noite, da vida e da morte (BERTOLOTE; RAMOS, 1997, p.132).

A existência da indústria da bebida, nos dias atuais, com suas potentes estratégias de marketing e publicidade, certamente induz as pessoas a fazerem uso do álcool, pelo menos em festas e ocasiões especiais. Ele é enaltecido pela publicidade e encontra-se à venda em qualquer lugar das cidades, facilitando a adoção dessa droga nos rituais sociais, criando também os chamados grupos de pressão, especialmente entre os jovens e adolescentes:

A propaganda de bebidas alcoólicas no Brasil é regulada pela Lei 9.294, de 1996. Segundo a legislação, que também regulamenta a publicidade de cigarros e outros produtos, é considerada bebida alcoólica somente aquela com mais de 13GL, o que exclui cervejas, vinhos, e os drinks do tipo ice dessa conceituação. A principal restrição que a lei apresenta é a redução do horário de propaganda na televisão e no rádio, permitindo propagandas de álcool somente entre as 21h e 6h. No entanto, são permitidas chamadas

de poucos segundos, de qualquer tipo de bebida, a qualquer horário (GOMIDE; PINSKY, 2004, p.62).

É preciso enfatizar que o álcool é uma droga lícita, permitida, mas não liberada. Cada país tem leis variadas sobre o assunto, sendo, no caso brasileiro, o Estatuto da Criança e do Adolescente um exemplo de instrumento jurídico que normatiza a relação de compra e venda do álcool (artigo 81, inciso II: É proibida a venda à criança ou ao adolescente de bebidas alcoólicas).

Mostra-se pertinente, contudo, questionar se as leis já existentes estão alcançando sua devida efetividade; pois há o flagrante conflito de interesses entre aqueles que combatem o consumo de drogas ditas lícitas (ínfima expressão da sociedade, apesar dos avanços já alcançados) e os grandes grupos detentores da produção daquelas, bem como o arsenal ideológico divulgado pela mídia.

Segundo parecer de Laranjeiras (2004), o marketing do álcool é agora parte de uma indústria global. As grandes corporações dão “as cartas do jogo” tanto nos países industrializados quanto nos novos mercados dos países em desenvolvimento.

As estratégias utilizadas para promover as bebidas alcoólicas fazem uso da televisão, do rádio, da mídia impressa, da internet e de promoções nos pontos-de-venda. Nichos específicos de mercado são desenvolvidos a partir da associação de determinada marca com esportes, estilos de vida e outras artimanhas destinadas a fisgar o consumidor pela via da identificação.

Estudos demonstram, de forma consistente, que tais estratégias de promoção do álcool apresentam conseqüências à saúde pública. Tais evidências são fortes o bastante para tirar o Estado de seu papel omissor para, a bem do interesse público, regular a promoção do álcool, em vez de deixar que a indústria e a mídia exerçam sua "auto-regulação".

Experiências com outros setores econômicos demonstram que a auto-regulação geralmente é exercida quando determinada indústria encontra-se "na mira" do governo, ou seja, sob ameaça de regulação pelo Estado; e a auto-

regulação tende a ser uma sub-regulação e uma subfiscalização, em detrimento do interesse público.

Exemplo dessa situação refere-se à medida em que o CONAR (Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária) composto pela indústria, mídia e agências de publicidade, baixou uma resolução, em 2003, que recomendava a suspensão do uso de personagens de desenhos animados na publicidade de cervejas, apenas após forte pressão da sociedade civil; e provavelmente agiu para evitar restrição maior.

Através do mecanismo da auto-regulação, muitas vezes consegue-se, também, desviar o foco das questões políticas pertinentes (relacionadas à venda de bebidas a menores, por exemplo), consumindo-se energia no refinamento dos códigos de conduta, como se esse fosse um fim em si mesmo.

No tocante aos efeitos da regulação da publicidade podem-se evidenciar os estudos realizados, comparando-se 17 países com proibição total, proibição parcial ou sem qualquer proibição da propaganda de bebidas alcoólicas. Os estudos mostraram o seguinte:

- 1) Países que proíbem a publicidade de destilados têm níveis de consumo 16% mais baixos e 10% menos acidentes automobilísticos fatais do que países sem qualquer tipo de proibição.
- 2) Países que proíbem a propaganda de cervejas e vinhos, além dos destilados, têm níveis de consumo 11% menores e 23% menos acidentes automobilísticos fatais do que os que proíbem apenas a propaganda de destilados

Neste momento, mostra-se importante problematizar que, embora possua um forte apelo popular, a propaganda educativa nunca é tão bem produzida, nem possui os mesmos recursos, nem a mesma frequência nos meios de comunicação do que a propaganda da indústria do álcool.

Pesa ainda a favor desta, o fato de ela ser muito mais sedutora e persuasiva do que qualquer contra-propaganda conseguiria ser. Que mensagem contrária ao consumo do álcool poderia ter tanto apelo quanto a propaganda de

cerveja protagonizada por um dos maiores ídolos do futebol em nosso país? Como contrabalançar o efeito de mensagens publicitárias da indústria do álcool protagonizadas por grandes nomes da TV, da MPB, ou dos esportes? Difícil.

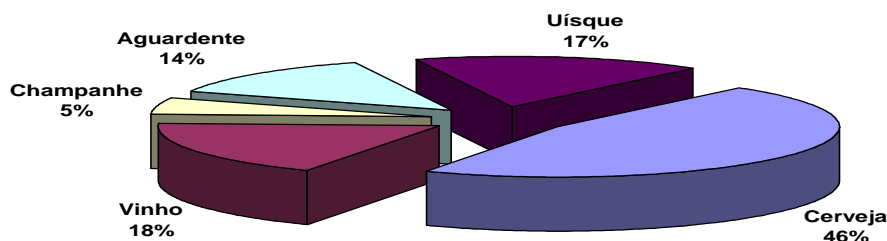
Segundo Laranjeira (2004), mesmo que houvesse recursos para a produção de propaganda educativa à altura da publicidade da indústria, seu custo seria tão elevado que deixaria de ser compensador. Quando apresenta alguma efetividade, é como parte integrante de um programa mais amplo de políticas. Algo importante de se afirmar, proibir a publicidade do álcool custa bem menos e é bem mais eficaz que qualquer medida de contra-propaganda. Após pesquisas epidemiológicas sobre o efeito do consumo moderado de álcool em problemas cardiovasculares, a indústria lançou mão de uma estratégia onde provê o público com material promocional e informativo sobre os benefícios do uso moderado do álcool. Os efeitos dessa estratégia ainda não são conclusivos, no que diz respeito à possibilidade desse tipo de mensagem diminuir ou mesmo aumentar o consumo de álcool.

Atentas ao aumento do consumo de bebidas alcoólicas pelos jovens brasileiros, várias entidades da sociedade civil têm-se mobilizado. Em julho de 2002, a Associação Brasileira de Estudos do Álcool e Outras Drogas (ABEAD); a Associação Médica Brasileira (AMB); a Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), atualmente denominada Secretaria Nacional sobre Drogas; a Associação Brasileira de Psiquiatria lançaram um manifesto exigindo que a propaganda de bebidas alcoólicas tivesse o mesmo tratamento dado à publicidade do cigarro no Brasil.

Hoje, somente a indústria brasileira coloca no mercado 8.5 bilhões de litros de cerveja por ano, o que faz do Brasil o quarto país no *ranking* mundial de produção, atrás apenas da China, Estados Unidos e Alemanha.

A cerveja desponta como líder no consumo alcoólico por parte das famílias dos alunos envolvidos nesta pesquisa, 46%, como pode ser demonstrado a seguir:

Gráfico 1: Distribuição dos entrevistados segundo tipos de bebidas consumidas pelas famílias. Natal - RN, 2004-2005



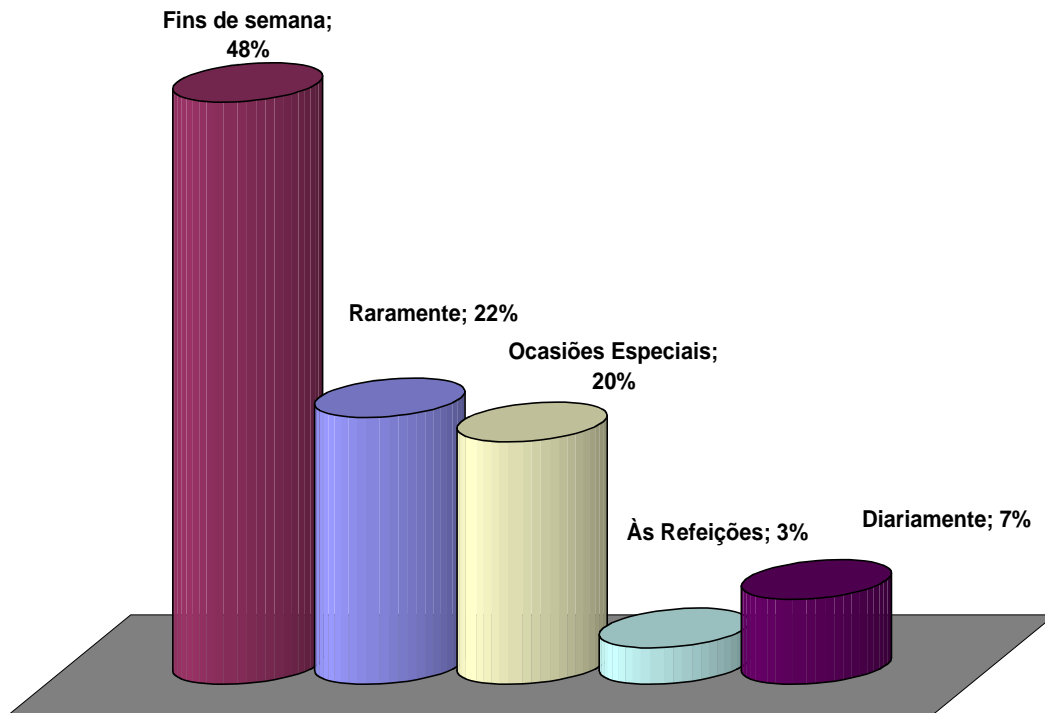
Fonte: Pesquisa “Consumo do álcool entre adolescentes estudantes de escolas privadas católicas de Natal RN, 2004-2005”.

Vê-se, então, de modo clarificado, que o consumo de bebidas alcoólicas na sociedade brasileira é algo legitimamente aceito, o que dificulta o progresso das campanhas preventivas, por parte de instituições comprometidas com o desenvolvimento saudável do ser humano.

O consumo de bebidas alcoólicas na sociedade brasileira não é considerado prática ilícita. Desta feita, o hábito de consumi-las assume caráter rotineiro, desprovido de questionamentos críticos a respeito do seu uso, podendo ser este nocivo, ou apenas “social”.

Reflexões a respeito de “para quê consumir álcool?”, “como surgiu esse costume?”, “quem lucra com isso?” parecem diluir-se no cotidiano. Nesse sentido, é válido salientar a presença da família, estimulando e participando desse consumo junto aos filhos adolescentes. O gráfico 2 mostra a freqüência do consumo alcoólico por parte dos familiares dos adolescentes entrevistados.

Gráfico 2: Distribuição dos entrevistados segundo o consumo do álcool pela família. Natal - RN, 2004-2005



A categoria “final de semana” apresenta-se como favorita para o consumo de bebidas alcoólicas, ou seja, 48%.

De acordo com pesquisa realizada por Abramovay (2002), a família, em particular os pais, são um referencial básico para o jovem. Desse modo, considera-se que quando os pais são bebedores assíduos, os filhos também poderão tornar-se o mesmo. A influência familiar, no entanto, não é determinante, pois os adolescentes estão expostos a diversos estímulos:

No entanto, embora deva-se conferir atenção aos estudos que destacam a influência da família e, dentro desta, a importância de alguns membros no processo de iniciação, cristalização, diminuição ou corte de hábito de consumir bebidas alcoólicas, há, que se ter cautela com tal ênfase na família quando se discute o uso de drogas entre os jovens. É fundamental ficar atento para que essas constatações não culpabilizem o grupo familiar pelo comportamento de uma geração cercada por diversas instituições e por diversos estímulos (ABRAMOVAY, 2002, p.119).

Vê-se que a participação familiar no momento do consumo de álcool é naturalizada.

A maioria das crianças e adolescentes aceita a autoridade dos pais, sobretudo quando, no ambiente familiar, estão presentes a confiança e o afeto; porém, à medida que o adolescente vai-se desenvolvendo, a autoridade vai sendo transferida para eles mesmos até que se tornem responsáveis por suas próprias ações.

Muitos pais, contudo, têm dificuldade de “abrir mão” de sua autoridade conforme os filhos crescem, dificultando, assim, que eles possam se tornar responsáveis por si mesmos:

O adolescente precisa fazer o luto das imagens parentais protetoras que o cercavam durante a infância. Por outro lado, os pais também devem fazer o mesmo trabalho de luto face a seus filhos, pois numa relação de dependência, os laços são ligados a ambas as partes. É importante ressaltarmos que esse é um luto particularmente difícil, pois o que observamos é que, tanto do lado dos pais quanto dos filhos todo distanciamento é ressentido como abandono (OLIVEIRA, 1988, p.28).

De acordo com os dados demonstrados na tabela 4, a maior parte dos entrevistados que afirmam consumir álcool (27%) expressam que o seu primeiro contato com as bebidas alcoólicas ocorreu em companhia de amigos.

É particularmente importante saber os motivos que levam os adolescentes a abusarem do álcool, pois a maior parte dos alcoolistas começa a beber nesse período.

Tabela 4: Distribuição dos entrevistados de acordo com as companhias no ato de experimentação do álcool. Natal - RN, 2004-2005

COMPANHIA	PERCENTUAL
Amigos	27%
Família	23%
Não lembram/não responderam	50%
Total	100%



Nesse sentido, a autoridade dos pais desempenha papel importante no estabelecimento de limites. Isso promove a organização interna do jovem, permitindo que ele possa cuidar de si mesmo, à medida que se vai tornando adulto.

Entretanto, tal autoridade não deve ser confundida com autoritarismo, rigidez, ou arbitrariedade. Para todas as regras deve haver flexibilidade, a fim de que o jovem possa ir sentindo os seus limites.

A freqüência do consumo do álcool por parte dos adolescentes entrevistados (tabela 5) também deve ser considerada, pois:

O álcool é psicotrópico de uso mais difundido na população brasileira. Segundo o escritório das Nações Unidas para o Controle de Drogas e a Prevenção de Crimes, o consumo *per capita* de álcool é maior que o de leite. Segundo pesquisa do Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas de São Paulo, cerca de 53% da população experimenta álcool pelo menos uma vez na vida e existem cerca de 15 milhões de alcoolistas no país, ou 15% da população total. Note-se que há uma estimativa de que 11,2% da população brasileira de 12 a 65 anos de idade é dependente de bebidas alcoólicas, o que representa 5.283.000 pessoas (ABRAMOVAY, 2002, p. 98).

Tabela 5: Distribuição dos entrevistados segundo a freqüência do consumo alcoólico. Natal - RN, 2004 – 2005

FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Diariamente	2%
Várias vezes por semana	3%
Várias Vezes por mês	11%
Raramente	40%
Não usam	44%
Total	100%

A categoria “raramente” mostra-se como relevante; contudo, é preciso atenção, pois, reconhecida a elevada freqüência do consumo de bebidas alcoólicas na população em geral, várias classificações de consumidores de álcool foram elaboradas. Uma destas privilegia muito mais a freqüência do consumo que a quantidade de bebida ingerida. Sendo assim:

Abstêmios (não consumiram bebidas alcoólicas durante o último ano), bebedores ocasionais (consomem bebidas alcoólicas menos de uma vez ao mês e mais de uma vez ao ano), bebedores intermediários (ingerem álcool entre uma e três vezes ao mês) e bebedores sistemáticos (ingerem álcool ao menos uma vez por semana) (BORDIM, 2002, p. 303).

A passagem do beber sem problemas ao quadro de dependência não se faz rapidamente. Este processo admite uma longa interface entre o beber normal e o alcoolismo, em geral vários anos, segundo Bertolote (1997).

Nesta interface, começam a aparecer os problemas relacionados ao uso inadequado do álcool. O beber passa a ser priorizado em relação a outras atividades, adquirindo cada vez mais importância na vida do sujeito:

Objetivamente, o processo de transição é assinalado de várias formas: começar a beber mais do que o habitual para as circunstâncias, a ponto de isso ficar perceptível para as pessoas que lhe são próximas; beber sozinho frequentemente; beber muito rápido; apresentar algumas das conseqüências orgânicas mais precoces do consumo do álcool (Ex: gastrite alcoólica), são alguns sinais (BERTOLOTE; RAMOS, 1997, p.34).

A progressão da interface do beber normal para a Síndrome de Dependência do álcool (SDA) não é um processo inevitável. Apesar de esse caminho ser provável, é também possível, não somente uma reversão ao beber normal, como também a permanência, nessa fase sem a progressão para o quadro de dependência claro, onde os prejuízos orgânicos, psicológicos e sociais já se tornam evidentes. A falsa impressão sobre a inevitabilidade do processo decorre do fato de os profissionais atenderem justamente àqueles que progrediram para o caso mais grave, Bertolote (1997).

Quais as causas do alcoolismo? Por que um determinado número de pessoas chega a beber de forma abusiva, a ponto de se tornar dependente do álcool?

As teorias clássicas que procuram responder a essa questão podem tender para uma vertente biológica, psicológica ou social:

Não existe uma explicação universal, seja ela biológica, psicológica ou social sobre a etiologia do alcoolismo. Na gênese dessa complexa condição estão diferentes fatores de vulnerabilidade. Todos os que bebem têm potencialmente possibilidade de se tornarem dependentes do álcool. A

maior ou menor probabilidade depende da interação entre os diferentes fatores de vulnerabilidade (BERTOLOTE; RAMOS, 1997, p.41).

Essa observação levou a uma crescente valorização dos fatos sociais na gênese do alcoolismo, destacando-se o fato de que a ênfase dada às causas intra-individuais (orgânicas ou psíquicas) minimiza a participação dos fatores sociais na determinação do alcoolismo, permitindo que a sociedade não assuma a sua parcela de responsabilidade.

O fator aqui relevante é a possibilidade de que normas culturais, efetivamente, têm o poder de diminuir a vulnerabilidade para o desenvolvimento do alcoolismo. Como fazer uso adequado dessa possibilidade é o desafio que se coloca:

De acordo com as determinações socioculturais, fatores interpessoais como a influência dos pares e o comportamento da família são também muito importantes na determinação do padrão de uso de álcool. São claras as diferenças no consumo do álcool e no alcoolismo, relacionadas a sexo, idade, grupos étnicos, graus de urbanização e religião (BERTOLOTE; RAMOS, 1997, p.41).

A conceituação de alcoolismo como uma doença traz em si a tendência a situá-lo, apenas, no campo médico e, em conseqüência, a identificá-lo, exclusiva e predominantemente, em termos de sua sintomatologia física ou psíquica.

Os aspectos sociais, entretanto, associados ao consumo de álcool não apenas constituem parte integrante desse complexo sindrômico, como podem mesmo constituir seus elementos mais relevantes e preocupantes em determinadas fases:

O que hoje se chama alcoolismo constitui um fenômeno cuja exata natureza há séculos tem desafiado as possibilidades do conhecimento humano. As várias concepções propostas variam desde interpretações místico-religiosas até postulações genético-bioquímicas. Há duas posições predominantes polarizadas: a concepção moral do fenômeno e a concepção médica que o caracteriza como doença (BERTOLOTE, 1997, p.17).

Este fenômeno vem sendo estudado desde o século XIX. O médico sueco Magnus Huss escreveu o livro *Alcoolismo Cronicus* (1849), onde propôs o termo Alcoolismo e o definiu como sendo o conjunto de males vinculado ao consumo

excessivo e prolongado de bebidas, entendido como uma doença crônica (incurável).

O termo “alcoolismo” vulgarizou-se de tal modo que, atualmente, além de poder designar um importante fenômeno médico e social, serve como rótulo estigmatizante, chegando, no limite, a perder seu valor comunicacional.

Em decorrência de tal situação este termo tende a ser substituído pela terminologia Síndrome de Dependência do Álcool (Bertolote, 1997). Essa substituição objetiva reforçar a idéia de que se trata de uma síndrome, com vários graus de gravidade. Desse modo, a categoria dependência não se apresenta como homogênea, mas sim composta por níveis ou graus.

O alcoolismo (Síndrome de Dependência do Álcool) não é visto somente como fenômeno orgânico, pois também pode ser estudado pelas ciências sociais e humanas como um fenômeno social, econômico e cultural, se for abordado do ponto de vista sociológico e antropológico, devido ao fato de ser um tema que está presente na sociedade em que vivemos e no mundo.

Surge como problema social, em decorrência do avanço do Capitalismo e, posteriormente, da industrialização, pois a necessidade de uma mão de obra para a industrialização e a busca de maior produtividade exigia o disciplinamento do operário.

Em contrapartida, as civilizações antigas explicavam os fenômenos relacionados ao alcoolismo através de crenças, mitos e religiões. As bebidas eram cultuadas pelos antigos; o vinho, por exemplo, era consumido nos grandes momentos, nas festas e nos cultos.

Durante a passagem da experimentação para o uso regular e a manutenção do uso, outros fatores mais relacionados com características internas dos adolescentes (insegurança e sintomas depressivos) estão envolvidos. Fatores internos e externos interagem, não sendo possível isolar a ação de cada um deles.

Ao considerar alguns aspectos sócio-políticos envolvidos no enfrentamento do consumo do álcool, os participantes da Primeira Conferência Pan-americana de Políticas Públicas sobre o Álcool, sediada em Brasília, Brasil, dia 28 a 30 de novembro de 2005 recomendam:

Prevenir e reduzir os danos relacionados ao consumo de álcool sejam considerados uma prioridade de saúde pública para ações por parte de todos os países da região das Américas. Estratégias regionais e nacionais

sejam desenvolvidas, incorporando um elenco culturalmente apropriado de políticas baseadas em evidências, a fim de reduzir os danos relacionados ao consumo do álcool. Essas estratégias sejam apoiadas por melhores sistemas de informação e por mais estudos científicos sobre o impacto do álcool e os efeitos das políticas de álcool nos contextos nacionais e culturais dos países das Américas (DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE ÁLCOOL, 2005, p. 3).

Tais recomendações repousam sobre preocupações anteriormente apresentadas, entre elas:

Reconhecendo as ameaças à saúde pública causadas pela crescente disponibilidade e acesso às bebidas alcoólicas em muitos países das Américas; [...] Preocupados com o fato de que a publicidade, promoção e iniciativas de patrocínio de bebidas alcoólicas estejam alcançando jovens e minando os esforços para reduzir e prevenir o consumo de bebidas alcoólicas entre menores de idade [...] (DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE ÁLCOOL, 2005, p. 1).

Neste mesmo documento registra-se a preocupação com os danos causados pelo álcool, desta feita, reconhecidos como problema nacional e regional das Américas, de natureza social e de saúde pública, apesar das diferenças culturais entre as nações.

Ainda neste âmbito, a Nova Política Nacional sobre Drogas, aprovada pelo CONAD (Conselho Nacional Antidrogas) reza que é preciso:

Reconhecer o uso irracional das drogas lícitas como fator importante na indução de dependência, devendo, por esse motivo, ser objeto de um adequado controle social, especialmente nos aspectos relacionados à propaganda, comercialização, e acessibilidade de populações vulneráveis, tais como crianças e adolescentes (POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS, 2005, p. 5).

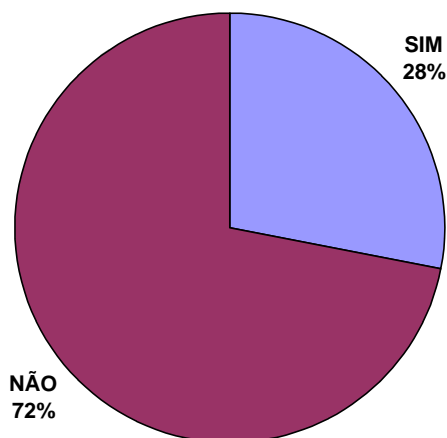
No tocante ao uso do álcool, com intuito de atingir o nível de embriaguez, as normas mencionadas, os conceitos de embriaguez, de ingestão normal ou patológica e sua etiologia dependem, em grau extremo, da cultura, com importantes implicações na definição de alcoolismo e na escolha de técnicas de intervenção terapêutica, conforme Bertolote (1997). Mais ainda:

Existem muitas evidências de que normas culturais em relação ao consumo do álcool têm um papel fundamental no desenvolvimento do alcoolismo. Culturas que ensinam as crianças a beber com responsabilidade, bem como culturas que seguem rituais estabelecidos de onde, quando, como beber apresentam menores taxas de uso abusivo de álcool quando comparadas a culturas que simplesmente proíbem as crianças de beber. Por exemplo, entre os judeus, apesar de o álcool ser

habitualmente consumido, tanto a embriaguez como o alcoolismo são pouco freqüentes (BERTOLOTE; RAMOS, 1997, p.40).

Nesse sentido, tem-se a seguinte situação:

Gráfico 3: Distribuição dos entrevistados segundo a ocorrência de embriaguez. Natal RN, 2004 - 2005



A ocorrência da embriaguez não é fato majoritário entre os alunos envolvidos nesta pesquisa; apenas 28% afirmam já terem vivenciado esta experiência.

Como aspecto complementar a este, as justificativas apresentadas pelos entrevistados para explicar o seu consumo devem ser consideradas. É particularmente importante saber os motivos que levam os adolescentes a usarem álcool, pois a maior parte dos alcoolistas começa a beber nesse período. A tabela a seguir aponta algumas justificativas relacionadas ao consumo alcoólico.

É válido observar que as justificativas de cunho social, ou seja, as atitudes que facilitam a sociabilidade apresentam maiores destaques entre aqueles que declaram consumir bebidas alcoólicas: 29% “para se divertir mais”.

Tabela 6: Distribuição dos entrevistados segundo as justificativas apresentadas para o seu consumo alcoólico. Natal - RN, 2004-2005

JUSTIFICATIVAS	PERCENTUAL
Amigos bebem	6%
Não ser gozado no grupo	1%
Para se divertir mais	29%
Sentir-se adulto	3%
Sente necessidade de beber	3%
Esquecer problemas	8%
Ter autoconfiança para iniciar conversas	20%
Ficar embriagado	8%
Gosta do sabor	22%
Total	100%

Comparando-se estas estimativas com os dados apresentados por Abramovay (2002), tem-se que “a relação entre beber e ter coragem, ou ser menos tímido, é interpretada também como um meio para eles se tornarem mais animados, soltos, ou para paquerar” (ABRAMOVAY, 2002, p. 127).

Mostra-se necessário o esclarecimento a respeito dos aspectos de prazeres considerados naturais e aqueles obtidos via adito. Segundo Barretto (2000) são elencadas quatro diferenças:

Os prazeres naturais, de modo geral, exigem certo esforço. Por exemplo: a alimentação, o sexo, o exercício físico, e também os prazeres mais complexos que nos motivam: sentimento de respeito próprio, sensação de que os outros se sentem bem em nossa companhia, são exemplos de prazeres que exigem um esforço ativo. Em contraposição, o prazer oferecido pelo adito caracteriza-se como passivo.

Uma segunda característica refere-se à intensidade da experiência, ou seja, os prazeres naturais são sutis, enquanto os obtidos com as drogas tendem a ser relativamente intensos, no sentido de que as sensações e os estados emocionais induzidos por elas, pelo menos no início, muitas vezes parecem, para o usuário, únicos e excitantes: a extrema sensação de plenitude.

Em terceiro lugar, a diferença entre os prazeres naturais e aqueles obtidos pelas drogas está na frequência com que eles ocorrem e no grau de controle que a pessoa possa ter sobre a ocasião, ou seja:

Os prazeres naturais como os sentimentos de bem estar que nos dão força para continuar a vida, apesar dos desapontamentos, desânimos e do duro trabalho de cada dia ocorrem com pouca frequência. Os prazeres obtidos com as drogas, ao contrário, podem ser obtidos em horas certas e determinadas, sendo, portanto, menos espontâneos, porém mais frequentes e repetitivos nos seus padrões de ocorrência (BARRETTO, 2000, p.4).

A quarta consideração refere-se às conseqüências da experiência:

Depois que se experimenta um prazer natural, geralmente vem uma sensação de realização, uma sensação de ter renovado as energias. Depois do prazer obtido com drogas, há uma sensação de exaustão, até mesmo de embotamento, que pode ser atribuído diretamente à superestimulação dos mecanismos cérebro-recompensa (BARRETTO, 2000, p.5).

Outra característica deve ser considerada: as drogas proporcionam não apenas um intenso prazer, como também um alívio de sofrimento e angústia, sendo atraente para aqueles que têm dificuldades de lidar com sofrimentos.

Vê-se, então, que o ato de beber é um ritual de sociabilidade. Sabe-se que, entre os adolescentes, o grupo de amigos possui uma forte influência em seus modos de expressão, vestimentas, estilos musicais, e, entre tantos outros fatores, encontra-se o uso de bebidas alcoólicas. Assim, nos grupos, a bebida também pode ser entendida como fator de aproximação e de identificação com seus membros.

Existe uma multiplicidade de fatores associados que motivam o uso de bebidas alcoólicas entre os jovens. Alguns estudos enfatizam que a atração pelo uso de bebidas alcoólicas decorre de uma curiosidade, o que se pode mesclar com o desejo de inserção social, de ser parte de uma comunidade de iguais, os amigos, ou com o simbólico rito de iniciação, sentir-se adulto (ABRAMOVAY, 2002, p. 117).

A existência de regras tóxicas de convivência, inclusive entre adolescentes, pode ser entendida como componente de uma lógica sócio cultural muito mais ampla, ou seja, o consumo de drogas em geral, incluindo-se o álcool, não



pode ser entendido de modo separado, distante do todo social, mas sim, como produto desta sociedade.

A tabela 7 trata de aspectos socioculturais presentes na iniciação do consumo da droga álcool.

Tabela 7: Distribuição dos entrevistados segundo local de experimentação do álcool. Natal - RN, 2004-2005

LOCAIS	PERCENTUAL
Festas	37%
Casa	10%
Praias	16%
Ns/nr	37%
Total	100%

Segundo os dados apresentados, 37% dos entrevistados que afirmam consumir bebidas alcoólicas, fizeram-no, pela primeira vez, em ambiente de festa. Desta feita, o aspecto sócio-cultural permanece patente para propiciar este tipo de prática.

Como modo de intermediação da sociabilidade, vê-se que a bebida alcoólica desempenha um importante papel:

Por questões culturais, o álcool se transformou em uma imposição ligada ao lazer. Tanto adolescentes como adultos estão condicionados a somente se divertir quando ingerem bebidas alcoólicas. Já os que não toleram álcool ou simplesmente preferem evitar seus efeitos são pressionados a beber de qualquer forma, sob pena de sofrer rejeição do grupo, o que para os inseguros é desastroso. Em consequência há sempre o risco de que sobrevenha a dependência, da qual é extremamente difícil sair (ELUF, 2004, p.73).

Percebe-se, de modo indubitável, que o consumo de bebidas alcoólicas é visto como “natural”; não condenável. Nesse sentido, tal situação é reflexo de uma conduta adotada socialmente, ou seja, as relações sociais apresentam-se permeadas pela presença alcoólica.

A tabela 8 mostra os locais freqüentados pelos estudantes em suas saídas noturnas. É válido salientar que, em tais locais, a circulação de bebidas alcoólicas é realizada sem dificuldades.

Tabela 8: Distribuição dos entrevistados segundo locais freqüentados para diversão. Natal - RN, 2004-2005

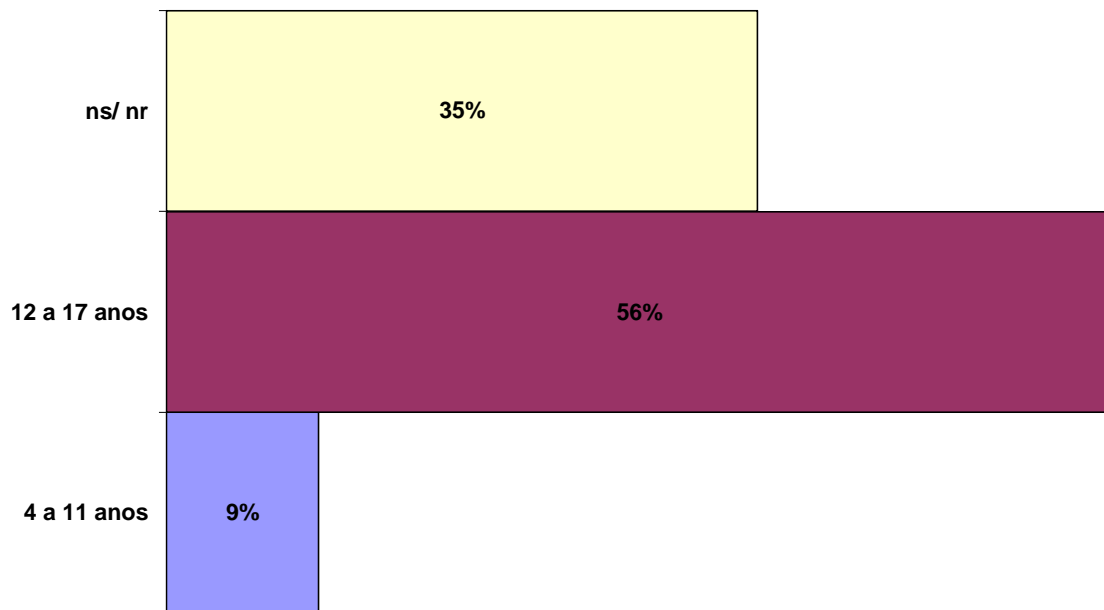
LOCAIS	PERCENTUAL
Shows	68%
Boate	15%
Bar	13%
Outros	28%
Total	100%

Conforme Bertolote (1997), em termos de idade, nota-se uma extrema variação das normas relativas à ingestão de álcool, segundo a cultura, o que parece determinar, em grande medida, que tipos de comportamentos ou eventos serão utilizados para se caracterizar a investigação patológica.

De acordo com Laranjeira (2004), avaliações de estratégias de mobilização da comunidade mostraram elevado sucesso na redução das agressões e de outros problemas relacionados ao consumo em bares, como atendimento médico de urgência, traumas e acidentes de trânsito. Estratégias de redução de danos no ambiente em que se bebe, como as descritas aqui, têm tido um interesse crescente, principalmente em sociedades e lugares onde o consumo de álcool é amplamente aceito.

O gráfico 4 apresenta faixas etárias em que os adolescentes participantes da pesquisa iniciaram o consumo de bebidas alcoólicas.

Gráfico 4: Distribuição dos entrevistados segundo faixa etária de experimentação do álcool. Natal - RN, 2004-2005



A maior parte dos adolescentes entrevistados que afirmam consumir bebidas alcoólicas, 56%, afirmam que o fizeram, pela primeira vez, entre doze e dezessete anos de idade.

Quanto mais cedo se desenvolve a dependência de substâncias psicoativas na adolescência, maior a probabilidade de ocorrerem atrasos no desenvolvimento e prejuízos cognitivos, conforme Abramovay (2002).

Dados apresentados em estudos realizados por Carlini (2002), indicam que o início do uso de álcool na vida dos estudantes está ocorrendo cada vez mais cedo no Brasil. Estima-se que cerca de 50% dos alunos de 10 aos 12 anos de idade já tenham utilizado bebidas alcoólicas, enquanto 45% dos jovens de 13 aos 19 anos de idade que se envolveram em acidentes haviam ingerido algum tipo de bebida alcoólica. De acordo com esse estudo, cerca de 587 mil adolescentes de 12 aos 17 anos de idade (ou 5,2% da população brasileira) são dependentes do álcool (ABRAMOVAY, 2002, p.108):

Dessa forma, pode-se justificar a iniciação cada vez mais precoce do consumo do álcool, quando não a experimentação das drogas ilícitas. No caso brasileiro, segundo levantamento realizado pelo CEBRID (Centro Brasileiro de Informações sobre drogas psicotrópicas) em 1997, o percentual de adolescentes do país que já consumiram drogas entre 10 e 12 anos de idade é extremamente significativo: 51.2% já consumiram bebida alcoólica, 11% já usaram tabaco, 7.8% solventes; 2% ansiolíticos; 1.8% anfetamínicos. A idade de início do consumo situa-se entre 9 e 14 anos (VEET, 2003, p.20).

Diante do exposto neste capítulo, como a instituição escola deve-se posicionar? Como a escola aliada a outros atores sociais poderá contribuir para o enfrentamento do consumo de substâncias psicotrópicas?

## **2.1: As drogas e os adolescentes estudantes de escolas privadas católicas de Natal 2004-2005**

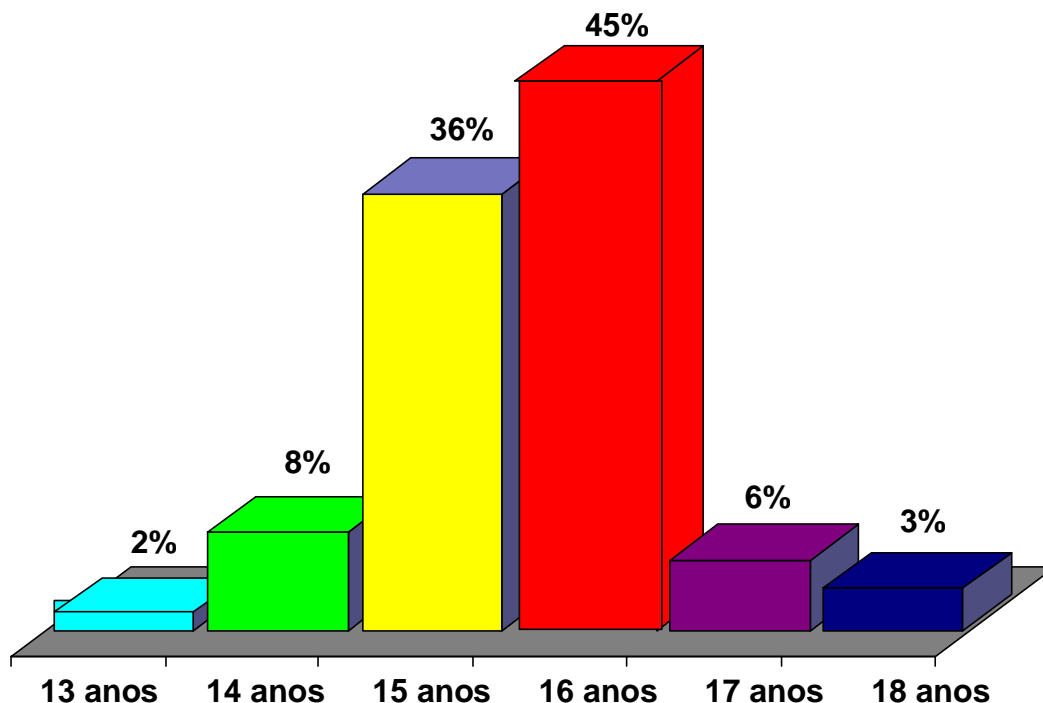
O uso e a dependência de drogas eram, até algumas décadas atrás, um problema quase exclusivo da idade adulta. Como outros fenômenos que ocorrem cada vez mais cedo na vida dos jovens (início da atividade sexual e escolha profissional, por exemplo), os quadros de dependência de drogas também começam a incidir em idades mais precoces. Podem ser consideradas drogas:

O agregado de substâncias que podem ter o seu uso legalmente permitido ou não. A depender do seu status legal, sua conotação valorativa tem variações importantes de conteúdo. As ditas lícitas têm um grau de aceitação maior que as ilícitas, mesmo que isso não represente menor impacto destrutivo do ponto de vista biológico, psíquico e social (GARCIA; HYGGINO, 2000, p.33).

As drogas atuam no cérebro afetando a atividade mental, sendo por essa razão denominadas substâncias psicoativas. Apresentam-se em três tipos: Drogas que diminuem a atividade mental, também chamadas de depressoras. Como exemplo tem-se o álcool, os narcóticos (morfina, heroína), ansiolíticos (tranqüilizantes) e inalantes (cola); drogas que aumentam a atividade mental, chamadas drogas estimulantes. São elas: cafeína, tabaco, anfetaminas, cocaína, crack; drogas que alteram a percepção, fazendo com que o cérebro atue de modo desordenado; o LSD, a maconha e o *ecstasy* são exemplos desse tipo de substância (SILVEIRA, 2000).

Ao considerar tal realidade, o gráfico 5 mostra as referidas idades dos participantes desta pesquisa.

Gráfico 5: Distribuição dos entrevistados segundo a idade. Natal - RN, 2004-2005



Constata-se a maior participação de alunos com a idade de 16 anos de idade (45%), tendo em vista a aplicação dos questionários ter sido realizada, majoritariamente, (90%), com alunos estudantes do ensino médio das referidas escolas. A totalidade dos participantes apresenta estado civil “solteiro”.

Faz-se importante destacar o fato de que o fígado é o principal órgão atingido pelo consumo do álcool. Adolescentes com idades inferiores a 14 ou 15 anos não conseguem fazer o metabolismo do álcool eventualmente ingerido, na totalidade. Assim, capacidades como inteligência, memória, raciocínio e atenção, que se desenvolvem durante a infância poderão ficar seriamente afetadas. Da mesma forma, na fase de crescimento, os seus órgãos e estruturas do sistema nervoso são particularmente sensíveis aos efeitos das bebidas alcoólicas.

Desta feita, a breve exposição que segue sobre o perfil dos adolescentes estudantes de escola privada católica, contemplados na participação desta pesquisa, mostra-se necessária, salientando a explanação do ser adolescente:

quem é ele, quais as suas características distintivas, seus anseios, motivações e curiosidades também se faz importante.

“Literalmente, adolescência significa processo de crescimento.” (OLIVEIRA, 1988, p.26). É a época da vida em que se põe o problema da identidade do sujeito, da relação com o seu corpo, com o seu lugar na família e na sociedade:

Entrar no mundo dos adultos significa, para o adolescente, a perda definitiva de sua condição de criança. Deixar de ser criança é mais que passar por mudanças corporais, pois o adolescente tem que estabelecer uma nova relação com os pais e com o mundo (OLIVEIRA, 1988, p.26).

A adolescência é um período da vida em que, naturalmente, há dificuldades para se suportarem as recorrentes condições de *stress* inerentes a ele. Afinal, há nessa idade uma forte carga de pressão social a exigir que os jovens, ao deixarem a infância, tornem-se menos dependentes de proteção e cuidados:

Se voltarmos na história, vamos notar que o conceito de adolescência surgiu com a industrialização, a formação das grandes cidades no século XVII. Foi por essa época que a educação dos jovens sobre o aprendizado da vida passou a ser função basicamente da escola, sendo que antes era tarefa de co-responsabilidade da família e da comunidade. Data de então o papel da escola como agente socializador embora ao longo do tempo venham ocorrendo mudanças significativas nesse contexto (CAVASIN; ARRUDA, 1998, p. 18).

Na sociedade brasileira, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 afirma em seu artigo 2º: “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e, adolescente, aquela entre doze e dezoito anos de idade”. É válido salientar a não correspondência, muitas vezes, entre as idades mental e cronológica:

A Organização Mundial de Saúde define esse período da vida a partir do aparecimento das características sexuais secundárias, do desenvolvimento de processos psicológicos e de padrões de identificação que evoluem da fase infantil para a adulta; e pela transição de um estado de dependência para outro de relativa autonomia. Considera como adolescência o período de 10 a 20 anos, distingue ainda entre a adolescência inicial (10 a 14 anos) e a adolescência final (15 a 20 anos). Por juventude entende o período compreendido entre 15 a 24 anos de idade (CAVASIN; ARRUDA, 1998, p. 16).

Cabe aos adultos encontrarem o ponto exato de equilíbrio para não impedir esse gradativo e necessário processo de autonomia pessoal e, ao mesmo tempo, evitar que, em nome de uma pretensa liberdade, o adolescente se torne uma “presa fácil” da droga

A Constituição de 1988, em seu artigo 227 assinala:

É dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança e ao adolescente, com prioridade absoluta, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2006, p. 102).

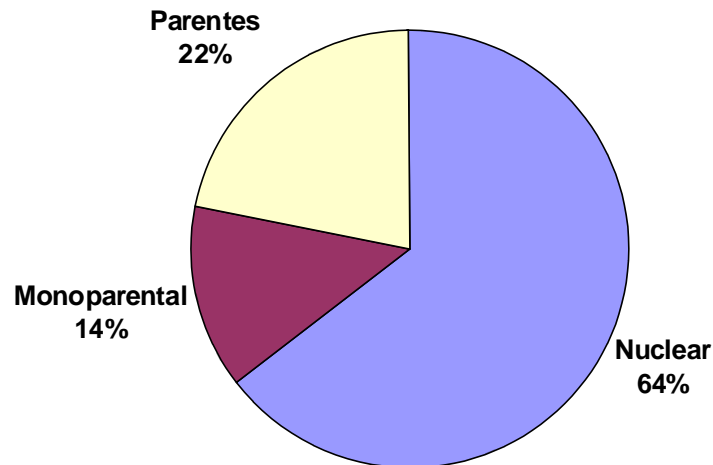
Quanto à situação familiar apresentada pelos entrevistados, nota-se, majoritariamente, em 64%, a presença da família nuclear, ou seja, aquela composta por pai, mãe e filhos.

No tocante à porcentagem referente à família monoparental - 14%. Carneiro (2006) afirma que mudanças sociais trouxeram conseqüências para a constituição da família. Segundo estudos realizados, as famílias monoparentais são, em sua maioria, chefiadas por mulheres.

O que em geral ocorre é que as mulheres apresentam-se mais questionadoras, no intuito de modificar as relações, enquanto os homens mostram-se mais acomodados nas relações conjugais e familiares. Essa mulher, então, que está insatisfeita, e que não depende economicamente do marido, tem muito mais tranqüilidade para pedir a separação. Este é, apenas, um aspecto dessa realidade, pois há outros condicionantes que também a explicam.



Gráfico 6: Distribuição dos entrevistados segundo a situação familiar. Natal - RN, 2004-2005



O consumo de bebidas alcoólicas ocorre no seio das famílias representadas neste trabalho pelos adolescentes entrevistados, independentemente da sua modalidade. Mais adiante, este aspecto do consumo alcoólico será melhor explicitado:

O fato de ser possível administrar um uso apenas social ou eventual de bebidas alcoólicas, sem que o processo de dependência se instale, se expressa também na postura de grande parte das famílias brasileiras, que em ocasiões especiais não só aceita livremente o consumo do álcool por adolescentes como também o estimula (VEET, 2003, p.42).

A curiosidade natural do adolescente é um outro indispensável fator que pode levar à experimentação de drogas, sejam elas lícitas, ou não, ao lado de questões externas como opinião dos amigos e fácil obtenção de substâncias. O adolescente vivencia o “aqui e o agora”, sendo o apelo dos efeitos causados pelas drogas sedutor:

A droga pode funcionar como uma forma de o adolescente afirmar-se dentro do grupo. Encontrando-se em busca de sua identidade, a uniformidade grupal proporciona-lhe segurança e estima pessoal. A importância do grupo é observada nas relações existentes entre os seus membros, num processo de superidentificação com cada um (OLIVEIRA, 1988, p.28-29).

Fase considerada fundamental no desenvolvimento dos indivíduos, a adolescência marca a transição da infância para a maturidade. É caracterizada pelo aumento da liberdade e exige o rápido desenvolvimento de habilidades em muitas áreas:

Ao acolher este movimento de separação e distanciamento, porém, os pais não podem largar os filhos à própria sorte. Por mais que se mostrem independentes, eles precisam dos pais por perto para os protegerem, orientá-los e dar-lhes segurança (CAVASIN, ARRUDA, 1998, p. 16).

Os adultos começam a esperar atitudes mais responsáveis por parte das pessoas que deixam de ser crianças. Os próprios adultos, às vezes, esperam que os adolescentes os imitem e, imitar seus comportamentos inclui o ato de beber.

O álcool vem-se tornando uma companhia cada vez mais freqüente dos adolescentes, usado como um importante agente socializador. Sob o efeito do álcool, o jovem torna-se mais desinibido, conversador e interativo. Essa aparente melhor aceitação por parte de seus pares não raramente estimula o uso esporádico de grandes quantidades da bebida alcoólica.

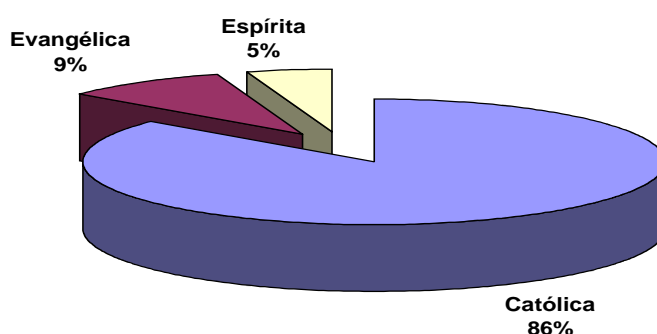
Dessa forma, pode-se justificar a iniciação cada vez mais precoce do consumo do álcool, quando não, a experimentação das drogas ilícitas:

Além de ser um período caracterizado por conflitos psicossociais, pela necessidade de integração social, pela busca de auto-afirmação e da independência individual, adolescência coincide com a consolidação da identidade sexual, outra fonte de emoções conflitantes, decorrentes das mudanças que se processam no próprio corpo. Se todo esse processo ocorre de forma protegida e assistida, uma possível experimentação de drogas psicoativas nessa época tenderá a se resolver com a maturidade (SILVA; MATTOS 2004, p. 41).

O efeito desinibidor e facilitador de relações sociais apresentado pelo álcool é temporário, pois, a partir de um certo ponto, perde-se o controle sobre o seu consumo.

Quanto à orientação religiosa seguida pelos entrevistados tem-se a seguinte situação:

Gráfico 7: Distribuição dos entrevistados segundo a religião. Natal - RN, 2004-2005

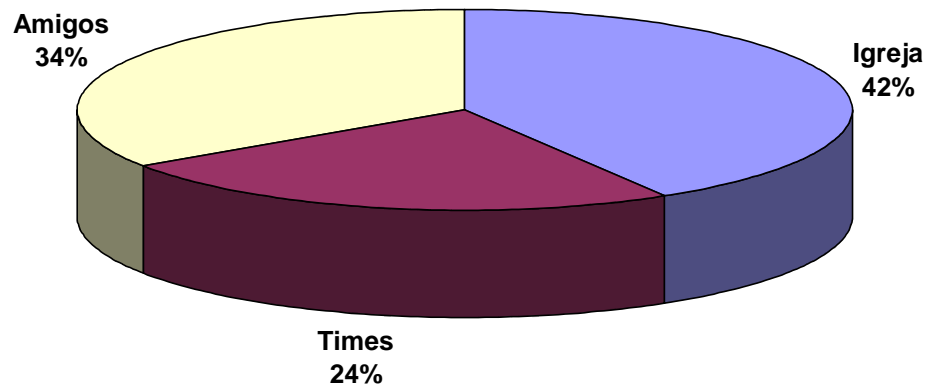


O panorama de maioria católica, 83%, pode ser problematizado a partir de alguns aspectos histórico-culturais de acordo com a seguinte contextualização:

É consensual, entre os estudiosos da matéria, a afirmação de que a história da educação católica se confunde com a própria história da educação desde o descobrimento até um pouco depois da expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, em 1759. Explica-se esta simbiose nas raízes da colonização do país por Portugal. Nos primórdios da história, logo após o descobrimento, com base no regime chamado de padroado, a Santa Sé deu à Coroa portuguesa certo controle sobre a Igreja nacional, pelo que os objetivos de dilatação do Império e da fé andavam *pari passu*, colocando a descoberta do Brasil sob o signo da espada e da cruz (GARCIA; CAPDEVILLE, 2001, p. 19 – 20).

A participação dos adolescentes em diversos grupos, diferentes do grupo familiar e do escolar também deve ser observada. O gráfico 8 mostra as companhias dos adolescentes entrevistados nos momentos extra – classe.

Gráfico 8: Distribuição dos entrevistados segundo inserção em grupos. Natal - RN, 2004-2005



Dentre os participantes que afirmam estar inseridos em outros grupos tem-se que aqueles vinculados às atividades religiosas são maioria, ou seja, 42% afirmam pertencer aos grupos vinculados à Igreja Católica:

Socialmente, os adolescentes sentem necessidade de terem uma identidade e uma filosofia próprias e, geralmente encontram essas respostas nos grupos de amigos. O grupo funciona como uma sociedade em escala reduzida oferece um laço com outros jovens que estão tendo as mesmas dúvidas e problemas; o melhor amigo é uma projeção de si mesmo, que o escuta atentamente, aprovando ou criticando (CAVASIN; ARRUDA, 1998, p. 17).

Para se sentir pertencente ao mundo e para melhorar sua auto-estima, o jovem tem que compartilhar com o grupo de amigos todos os seus empreendimentos: a maneira de falar e de se vestir e desmerecer outros grupos. Somente, assim, o adolescente percebe que o seu mundo apresenta significado:

Essa situação com o grupo pode ser extremamente saudável, possibilitando ao jovem uma melhor interação consigo mesmo e com o meio social. O papel de pai e de mãe ou responsáveis, nessa passagem, fortalecendo, propiciando autonomia e estabelecendo um diálogo aberto, sem censura, facilitará a cada um construir uma identidade de adulto mais tranqüila e sem traumas (RIBEIRO, 1998, p. 28).

A adolescência é um período da vida em que as contradições assumem um papel dinâmico essencial. Uma das contradições mais facilmente percebida refere-se à dependência *versus* independência, segundo Oliveira (1988).

A transição de um estado de dependência absoluta (infância) para uma condição de autonomia pessoal deve ser um processo assistido, no qual o jovem receba todo o apoio necessário dos pais, educadores, responsáveis:

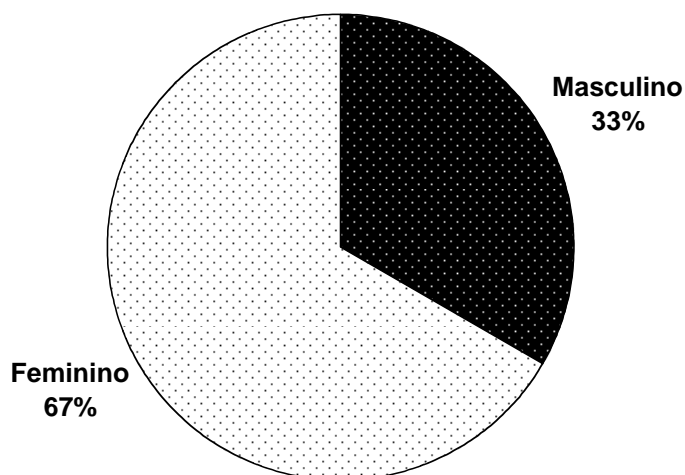
Adolescente é um ser humano em crescimento, em evolução para atingir a maturidade biopsicossocial. Isso significa que pode atingir a maturidade biológica, mas ainda não estar preparado emocionalmente ou socialmente, o que pode acontecer mais tarde, aos 17, 18 ou 19 anos de idade ou mais (RIBEIRO, 1998, p. 28).

Assim, ele será capaz de suportar as dificuldades da idade, de superar e aprender a conviver com as próprias incertezas e, principalmente, de tomar as próprias decisões de forma responsável, sem que os adultos tenham que decidir tudo por ele:

Antigamente, obtinha-se a independência saindo da casa paterna e assumindo uma autonomia econômica, um posto de trabalho, uma relação de afeto com uma pessoa do sexo oposto. Nos nossos dias ela não se concretiza num momento, se dá aos poucos, através de pequenas conquistas graduais, como por exemplo, ter a chave da casa, poder entrar mais tarde, escolher suas amizades, dispor do automóvel, falar livremente sobre as suas escolhas. Depois será a vez de assumir a responsabilidade das decisões tomadas, dos projetos sentimentais e profissionais (CAVASIN; ARRUDA, 1998, p. 17).

Ao considerar a distribuição por sexo existente neste público pesquisado, tem-se a seguinte realidade:

Gráfico 9: Distribuição dos entrevistados segundo o sexo. Natal - RN, 2004-2005



Percebe-se a presença feminina como predominante (67%). Neste sentido, a análise do consumo do álcool pelo gênero feminino torna-se cada vez mais urgente, apesar desta prática ser considerada masculina de acordo com conceitos socialmente construídos:

[...] Deve ser ponderado que o alcoolismo é mais aceito entre os homens (facilidade de compra, poder econômico, relações sociais mais intensas nos círculos consumidores, etc.), inclusive na procura ao sistema de saúde. O fato da mulher ter sido inserida no mercado de trabalho nas últimas décadas está mudando este perfil, cabendo uma análise mais profunda (BORDIN, 2002, p. 303).

Convém referir que o consumo de álcool entre as mulheres acarreta mais efeitos nocivos, em comparação com a ingestão do mesmo pelos homens.

Segundo fatores biológicos, as mulheres apresentam menor nível de ADH (álcool desidrogenase) no estômago, alcançando maiores níveis de alcoolemia quando comparadas aos homens que ingerem doses equivalentes. A idéia que “mulher é mais fraca” ou que “resiste menos ao álcool” não tem origem moral, mas biológica, conforme Bertolote (1997).

A mulher é mais susceptível aos efeitos nefastos do álcool, não só a nível biológico, mas também familiar e social, uma vez que, na maior parte dos casos, a mulher assume um papel duplo que se divide entre a família e a vida profissional.

Não se sabe, previamente, quais adolescentes, independentemente do sexo, têm maior predisposição para passar do uso experimental de substâncias psicoativas à dependência destas. A intoxicação por bebidas alcoólicas sempre foi tolerada nos homens:

Para a mulher, entretanto, não fica bem exagerar; ela deve ter sempre o controle de seus atos. O índice de alcoolismo entre as mulheres sempre foi mais baixo do que entre os homens, mesmo se considerarmos a quantidade de mulheres que bebem escondido [...]. Pesquisas têm apontado, no entanto, uma participação cada vez maior das mulheres nos índices de consumo abusivo e dependência do álcool, aparentemente relacionados às mudanças no status e na participação das mulheres na sociedade. De qualquer maneira, isso mostra como o fator cultural pode proteger diferentes segmentos da sociedade (LARANJEIRA; PINSKY, 2000, p. 34).

O adolescente que começa a beber todos os finais de semana, ou até com maior regularidade, usando o álcool para sentir o efeito da bebida e não mais pelo seu sabor, tem grandes probabilidades de consumir outras drogas.

Na interpretação dos dados sobre a prevalência de uso também se devem considerar os fatores sociais, econômicos e culturais, o que é muito importante na adolescência, idade mais suscetível às influências ambientais, ou aos chamados modismos:

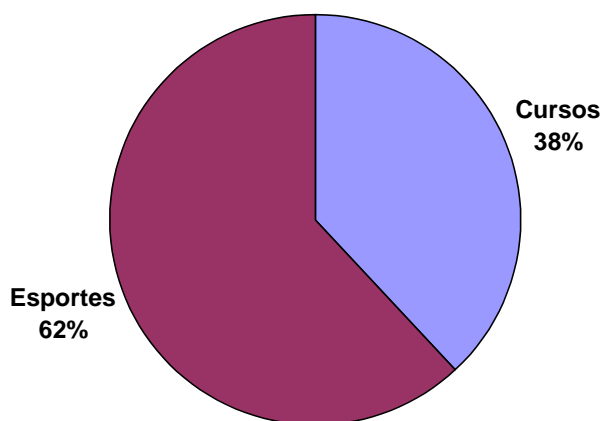
Socialmente, a adolescência é um segmento bastante visado. São inúmeros os casos de adolescentes, no Brasil, que se envolvem com drogas, não só como usuários, mas também como mão de obra para a distribuição. Os meios de comunicação também investem muito nessa faixa etária e transmitem mais mensagens de modismos do que mensagens positivas e preventivas. No sistema educacional nota-se uma defasagem entre os programas de ensino e os interesses mobilizadores dessa faixa etária (CAVASIN; ARRUDA, 1998, p. 19).

Atividades desenvolvidas pelos adolescentes além das aulas mostram-se como fator protetor, ou seja, são meios de evitar que se envolvam com o uso de substâncias psicotrópicas.

Neste sentido, o gráfico 10 mostra algumas atividades desenvolvidas pelos alunos entrevistados.

Percebe-se o acesso dos alunos entrevistados às atividades esportivas em sua maioria (62%). É válido salientar que a prática esportiva desempenhada pelos alunos está vinculada às oportunidades existentes nas próprias escolas pesquisadas.

Gráfico 10: Distribuição dos entrevistados segundo ocupações além das aulas. Natal - RN, 2004-2005



Para exemplificar a importância da atividade esportiva na vida do adolescente Pereira afirma que:

[...] em algumas escolas no Brasil ocorreu a abertura dos ginásios à noite e na madrugada para a prática de esportes até mesmo para a comunidade. O esporte é um desinibidor do alcoolismo porque as pessoas não podem estar debilitadas para praticar atividades físicas. E pode ser um importante instrumento [...] (PEREIRA, 2002, p. 3)

Em ligeira comparação com as condições estruturais oferecidas por muitas escolas da rede pública de ensino tem-se uma real disparidade, como aponta a citação a seguir:

Pode-se afirmar que o ensino particular no Brasil desenvolveu-se valendo-se das lacunas de funcionamento da rede pública e da atuação, em prol dos interesses privados, das instâncias governamentais nas esferas municipal, estadual e nacional. As precárias condições de funcionamento da rede pública, que incluem salários aviltantes de seus professores,



prédios sujos, feios e depredados, classes superlotadas, sorteio de vagas para dizer o mínimo, tem ampliado as oportunidades da iniciativa privada. A ausência de uma rede pública de qualidade abre espaço para escolas particulares, que, funcionando sob a ótica empresarial, sobrecarregam financeiramente seus usuários e nem sempre oferecem uma qualidade tão mais elevada de ensino. A escola pública, por sua vez, foi transformada numa escola de segunda categoria, destinada às camadas destituídas de bens econômicos e culturais, para as quais considera-se lícito oferecer uma formação escolar descuidada (SOUZA, 2003, p. 38).

Outro importante aspecto a ser considerado refere-se à ausência de atividades relacionadas ao emprego. A situação socioeconômica vivenciada por estes alunos permite-lhes priorizar a atividade intelectual em detrimento da atividade laboral.

Esta modalidade de escola aqui considerada acolhe alunos oriundos de classes consideradas média, média alta e alta da cidade de Natal (RN). Nesse sentido, tal realidade mostra-se desigual se comparada à experiência de muitos alunos vinculados à rede pública de ensino. Nesse sentido:

[...] no trabalho se aprende mais que na escola. Enquanto no ambiente profissional se vive a prática e se aprendem coisas diferentes a cada dia, na escola se aprende muita teoria num ritmo programado, distante da realidade cotidiana. É onde se fornece o básico, ou seja, alguns conhecimentos que permitem movimentar-se na vida social [...]. Os alunos mantêm uma concepção instrumental do valor do conhecimento: O saber escolar, composto de teorias e informações obsoletas está distante da realidade e não atende às suas necessidades. [...] Aprender é fazer e conhecimento é prática (SOUZA, 2003, p. 139).

No intuito de complementar esta análise tem-se a tabela 9:

Tabela 9: Distribuição dos entrevistados segundo o índice de reprovação. Natal - RN, 2004-2005

REPROVAÇÃO	PERCENTUAL
NÃO	80%
SIM	20%
TOTAL	100%

De acordo com os dados apresentados, 80% dos adolescentes entrevistados nunca foram reprovados. A realidade educacional vivenciada por estes adolescentes é privilegiada, ao considerar a questão educacional no Brasil.

A desigualdade de acesso à educação entre as classes sociais no Brasil também pode ser denunciada através da evasão escolar:

[...] No Brasil, completam a 6ª série e depois prosseguem os estudos cerca de 93% das crianças de classe social mais elevada. Por outro lado, apenas 63% das crianças da classe trabalhadora o conseguem. Isso demonstra que a possibilidade de estudar está, infelizmente, relacionada à origem de classe do estudante. A desigualdade social que se manifesta na educação acaba por reproduzir outras desigualdades. Sabemos que apenas com um bom nível de escolarização da população será possível desenvolver o país (MEKSENAS, 2003, p. 136).

A breve descrição do perfil da população pesquisada, aqui exposto, bem como as outras questões suscitadas para futuras problematizações, objetivam uma maior compreensão do capítulo que se segue.

## **CAPÍTULO 3 - ESCOLA, CONTROLE SOCIAL E EDUCAÇÃO PREVENTIVA: ENFRENTAMENTO DO CONSUMO DE ÁLCOOL ENTRE OS ADOLESCENTES ESTUDANTES DE ESCOLAS PRIVADAS CATÓLICAS DE NATAL – RN**

### **3.1: A escola e o controle social**

Algumas considerações a respeito da instituição escola e o seu projeto de educação dos sujeitos fazem-se necessárias. A escola, considerada como um dos grupos socializadores do ser humano, desempenha importante papel na formação psicossocial dos indivíduos:

Embora haja uma percepção crítica sobre a escola como espaço de aprendizagem, esta também se sobressai no imaginário dos alunos como lugar apreciado por outros atributos [...]. De fato, na opinião deste e de outros atores, a escola aparece, também, como um local privilegiado de socialização, formação de atitudes e opiniões e desenvolvimento pessoal (ABRAMOVAY, 2003, p. 125).

É considerada *lócus* de sociabilidade positiva, segundo a sua representação junto à sociedade. Suas práticas, contudo, permeadas por controles disciplinadores das pessoas configuram a escola como portadora de uma violência própria, perpassada por forte conteúdo simbólico, conforme Abramovay (2002). Tem-se ainda que:

É uma instituição social. Como todas as demais instituições é vítima dos mesmos ataques e méritos. Como instituição, é composta por pessoas mais preparadas e menos preparadas. Tem seus próprios sonhos e os sonhos de quem faz parte dela. Possui processos hierárquicos, disciplina, ordem, caprichos, vaidades, costumes, ritos, valores, parâmetros e histórias. É composta por pessoas jovens, adultas e algumas com mais de 60 anos. Isso significa que os confrontos entre idéias e ideários de gerações são inevitáveis. Eles ajudam a moldar o humano e o próprio sagrado (THUMS, 2003, p.437).

Verifica-se que na essência de todos os sistemas disciplinares, dentre eles o espaço escolar, há um pequeno mecanismo penal, ou seja:

Na oficina, na escola, no exército, funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupção de tarefas), das atividades (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo

(sujeira, atitudes incorretas, gestos não conformes), da sexualidade (indecência, imodéstia) (FOUCAULT, 1977, p.159).

A educação é um fenômeno social e universal, sendo uma atividade humana necessária à existência e funcionamento de todas as sociedades. Por meio da ação educativa, o meio social exerce influência sobre os indivíduos, e estes, ao assimilarem e recriarem essas influências tornam-se capazes de estabelecer uma relação ativa e transformadora em relação àquele:

Ressalta-se, ainda, que os modos de vida dos sujeitos em interação, dentro do cenário escolar, fornecem as trocas materiais e simbólicas, criando as condições necessárias para que os processos sociais encontrem expressão possível. O ambiente propiciado pela escola, favorecendo não só os processos informativos, mas, também, os de comunicação, produz um amplo universo simbólico, estimulando configurações de sentidos e significados, possibilitando, desse modo, a constituição de subjetividade e a construção de identidades (ABRAMOVAY, 2003, p. 127).

Ao tratar-se da escola de modalidade católica tem-se que, da identidade católica emergem as características da originalidade desta escola a qual é moldada como local de autêntica ação pastoral. Desta feita, ela partilha a missão evangelizadora da igreja e é considerada o local privilegiado para realização da educação cristã.

As escolas privadas católicas na cidade do Natal, ainda, são referências para o recebimento de uma educação considerada de boa qualidade, de acordo com o discurso defendido por parte da sociedade natalense.

Tais estabelecimentos de ensino, tradicionais nesta cidade, são escolhidos para a educação de jovens e crianças, também, filhos de ex-alunos que buscam uma educação diferenciada, caracterizada pela apreensão de conteúdos seculares (Ciências Exatas, Naturais, Sociais e Humanas), de valores éticos (ordem, respeito, amor ao próximo):

A escola católica deve ser capaz de fornecer aos jovens os instrumentos cognoscitivos para encontrar lugar numa sociedade fortemente por conhecimentos técnicos e científicos, mas, ao mesmo tempo, digamos primariamente, deve poder dar-lhes uma sólida formação de orientação cristã. Estamos, por isso, convencidos de que para fazer da escola católica um instrumento educativo no mundo de hoje, é necessário revigorar algumas de suas características fundamentais (GARCIA; CAPDEVILLE, 2001, p. 102).

Ao salientar o aspecto religioso presente nas escolas aqui consideradas, o fator disciplina mostra-se bem mais evidente, pois, neste contexto, o sentido de ordem apresenta-se de modo explícito, visando à adoção dos valores cristãos em oposição aos valores defendidos por uma sociedade considerada laicizada:

Os conteúdos do projeto educativo deverão fazer referência constante a Jesus Cristo e sua mensagem, tal como a Igreja a apresenta na sua doutrina dogmática e moral. Somente assim será possível formar dirigentes autenticamente cristãos nos diversos campos da atividade humana e da sociedade, especialmente na política, na economia, na ciência, na arte e na reflexão filosófica. [...] As escolas católicas devem procurar não só oferecer uma educação qualificada do nível técnico e profissional, mas também e sobretudo cuidar da formação integral da pessoa humana (GARCIA; CAPDEVILLE, 2001, p. 10)

A existência de uma hierarquia forte, aliada a um sistema de valores extremamente tradicionais, onde muitas vezes não é cabível a formulação de questionamentos críticos (mesmo com a existência dos chamados grêmios e da figura dos líderes de classe) fazem com que esta instituição realmente se diferencie das demais escolas, tanto da esfera pública, como das demais escolas particulares laicas.

Fatos como: desrespeito ao professor em classe, namoro nas dependências da escola, uso de cigarro, conceito “insuficiente”, falta de uniforme, desentendimento com os colegas, são passíveis de punições severas, se comparadas a outras modalidades de escola. Esses fatos devem ser entendidos como conseqüência do modo diferenciado do uso do controle, por parte dos responsáveis pela instituição (corpo técnico-pedagógico, diretoria, supervisão, coordenação) em relação aos alunos, enquanto grupo alvo das regras.

A crise na educação pública do país, fruto de todo um reordenamento político-econômico, pode ser entendida, por alguns, como conseqüência do neoliberalismo:

Para os neoliberais, a educação, como qualquer atividade da vida social, deve obedecer somente às regras de mercado. Isto é, defendem o fim das escolas públicas, gratuitas e mantidas pelo Estado, pois entendem que cada indivíduo deve ser responsável pelas suas conquistas. Assim, teríamos uma sociedade com ensino privado e pago em todos os níveis: da pré-escola à universidade. Ao Estado caberia apenas subsidiar a educação dos mais pobres, por meio de bolsas em escolas particulares, ou fazendo empréstimos aos estudantes para que paguem os seus estudos, devolvendo o financiamento aos cofres públicos depois de formados. Essas

idéias são elaboradas e defendidas por instituições internacionais como, por exemplo, o Banco Mundial (BIRD). Outro grave problema que surge no cenário da educação neoliberal diz respeito ao modo como a escola é concebida. Para os mais conservadores, a escola torna-se como uma espécie de microempresa: deve funcionar estimulando a competitividade entre alunos e professores; não deve depender de recursos vindos do Estado; deve contar com o financiamento privado e com a ajuda da comunidade ou de voluntários (MEKSENAS, 2003, p. 126 - 127).

A escola, enquanto instituição presente em qualquer sociedade é responsável, também, pela transmissão de valores, crenças, costumes, enfim, pela reprodução de padrões socialmente defendidos. É responsável pela elaboração de regras que possibilitem tal difusão de conceitos e a chamada adequação dos indivíduos, neste caso, dos alunos, ao chamado modelo padrão de pessoa, no qual, o que é diferente de tal referencial é tido como “desviante”:

De fato, as escolas representam um espaço onde, por um lado, os jovens se reúnem, estabelecem e compartilham códigos de comportamento, iniciam namoros e desenvolvem relacionamentos amorosos. Por outro lado, é onde recebem informação, onde podem contar com possibilidade de tratamento esclarecido e expressar suas dúvidas, com menor constrangimento em espaços coletivos [...] (ABRAMOVAY, 2003, p. 152).

A indagação elaborada por Foucault (1977, p.179): “Em uma sociedade como a nossa, que tipo de poder é capaz de produzir discursos de verdade dotados de efeitos tão poderosos?” parece pertinente, no sentido de se refletir o cotidiano escolar em seu exercício de transmissão de uma dada cultura. Para conseguir o seu objetivo, a escola usará de inúmeros instrumentos de punições e, também, de recompensas para aqueles que se adequem a uma determinada fôrma.

Nas escolas, como em qualquer outro espaço institucional, existem comportamentos que são negativamente sancionados mediante punições específicas. A adoção de regras, enquanto valores que devam ser comuns e conhecidos por todos, no processo de interação social, faz com que os indivíduos se comportem segundo as expectativas do papel social que estão desempenhando a cada momento. O quadro 1 evidencia alguns comportamentos e suas respectivas punições.

Quadro 1: CAUSAS, TIPOS E DURAÇÃO DAS PUNIÇÕES

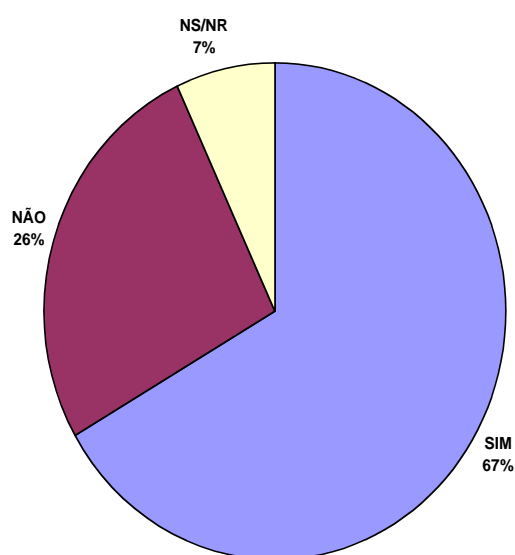
	CAUSAS	TIPOS DE PUNIÇÃO	QUANTIDADE DURAÇÃO
1	Conversas e brincadeiras em classe	Encaminhar ao SOE	Quantas forem necessárias
2	Assistir às aulas com deveres e materiais incompletos	Advertência oral	Quantas forem necessárias
3	Deveres incompletos	Encaminhar o aluno à biblioteca	Várias vezes
4	Excesso de bagunça, deveres incompletos, desrespeito ao professor.	Cancelar o recreio	Várias vezes
5	Deveres incompletos bagunça, desentendimentos com os colegas.	Segurar o aluno após o horário	Várias vezes
6	Mau comportamento e falta de tarefas escolares	Tirar ponto	Várias vezes
7	Uniforme incompleto, falta do crachá de identificação.	Mandar o aluno de volta para casa	Uma ou duas vezes
8	Quando está atrapalhando o andamento da turma com conversas excessivas	Expulsar o aluno da sala de aula	Várias vezes
9	Excesso de conversa ou desentendimento com os colegas	Mudança de turma	Até duas vezes
10	Conversas excessivas, brigas com colegas, desentendimento com professor, atrasos freqüentes, desinteresse pelos estudos.	Termo de compromisso	Sem informação
11	Conversas e brincadeiras em classe, discussão com colegas e professores, não cumprimento dos horários e reincidência dos deveres incompletos.	Advertência por escrito	Até três por ano
12	Alunos que apresentaram problemas nos anos anteriores	Não renovação da matrícula	Sem informação
13	Reencaminhamento à direção após três advertências por escrito, brigas sérias, agressões físicas, namoro, consumo de drogas e cigarro.	Suspensão	Uma ou duas vezes dependendo da escola. Duração de 1 a 15 dias conforme o caso.
14	Quando o aluno encaminhado à direção já foi suspenso e o caso for considerado grave. Por exemplo, fumar maconha na escola, brigar até sangrar o colega, ameaçar professores e coordenadores, ou a pedido dos pais.	Transferência ou expulsão	Uma vez

Fonte: ABRAMOVAY, 2002, p. 144-145

Neste âmbito, o consumo de drogas lícitas ou ilícitas em ambiente escolar também é considerado comportamento passível de punição. Conforme Abramovay (2003), “Especificamente no contexto escolar, o discurso repressivo, moral e legal, vigente na maioria das escolas, identifica qualquer tipo de uso ao uso dependente, apresentando o usuário como doente” (ABRAMOVAY, 2003, p. 123).

A figura a seguir, revela o posicionamento dos próprios alunos entrevistados no que diz respeito à comercialização de bebidas alcoólicas nas proximidades da escola.

Gráfico 11: Distribuição dos entrevistados, segundo a opinião sobre a proibição da venda de bebidas alcoólicas nas proximidades da escola. Natal - RN, 2004 - 2005



De acordo com o exposto, 67% são favoráveis à proibição do comércio de bebidas alcoólicas nos arredores da escola.

Estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas podem afetar a dinâmica de funcionamento da escola, tendo em vista que alunos, professores ou funcionários vêem facilitado o acesso a este tipo de entorpecente.



Conforme Laranjeiras (2004), a acessibilidade do produto exige implicações políticas na prevenção de problemas relacionados ao álcool através do controle das condições de venda ao consumidor final.

Os mercados de bebidas alcoólicas podem ser formais ou informais. Formais são aqueles regulados pelo governo, seja em nível municipal, estadual ou nacional. Esta regulação geralmente visa a assegurar graus mínimos de pureza, segurança e a descrição apropriada do produto, e também permite a taxação de impostos. Em alguns países, a regulação especial a que está submetido o mercado de bebidas alcoólicas reflete o grau de preocupação social acerca da saúde e segurança públicas.

Dessa forma, podem existir diversas restrições: às horas ou aos dias de venda, à localização dos pontos de venda, às propagandas e promoções das bebidas alcoólicas e quem pode ou não comprar tais produtos.

Taxações especiais sobre bebidas alcoólicas podem fazer parte de um regime regulatório. Restringir a disponibilidade do álcool tem sido uma política-chave no Canadá, nos EUA e nos países escandinavos, e em muitas outras partes do mundo.

Experiências têm demonstrado que restrições extremas, como a proibição total da venda de bebidas alcoólicas, podem reduzir o consumo e os problemas relacionados. Tais restrições, contudo, freqüentemente, têm efeitos colaterais, como o aumento da violência e da criminalidade associadas aos mercados ilícitos. Tais efeitos colaterais podem sobrepujar os efeitos positivos das restrições.

O poder de influência sobre o consumo de bebidas alcoólicas é maior nos estabelecimentos que vendem a bebida para ser consumida no próprio local, já que têm a oportunidade de influenciar diretamente sobre o que acontece durante e depois da compra. Regulamentações podem:

- 1) Especificar o volume das doses (em estudo inédito, realizado em todos os pontos de venda de álcool da cidade de Paulínia, SP, encontraram-se variações de grande amplitude no volume da dose de destilados. O volume médio da dose consistiu em 75 ml, bastante acima do padrão internacional de 35 ml);
- 2) Inibir promoções de descontos, como a venda a um preço menor durante a *happy hour*,

- 3) Exigir que o *staff* receba treinamento sobre como servir com responsabilidade;
- 4) Regular o *layout* e os insumos do bar ou restaurante;
- 5) Incluir especificações em relação a oferta de comestíveis, disponibilidade de entretenimento e outras questões não relacionadas diretamente com o consumo de álcool.

Governos locais podem lançar mão de diversas medidas que limitam a localização de pontos de venda – como leis de zoneamento urbano, e outras, como distância mínima de escolas e igrejas – ou, simplesmente, limitar o número de pontos de venda na região ou no município.

A aglomeração de bares, restaurantes e lanchonetes em uma determinada região é um problema em si mesmo. Violência e acidentes de trânsito ocorrem com maior frequência nesses locais.

### **3.2: A escola e o consumo alcoólico: o papel da educação preventiva**

Após tecidas algumas considerações a respeito do controle disciplinar exercido pela instituição escola, espaço escolhido como *lócus* desta pesquisa, faz-se necessário o retorno à análise do consumo do álcool por parte dos adolescentes estudantes de escolas privadas católicas de Natal.

Neste âmbito de breves considerações a respeito da dependência química e do uso nocivo do álcool, faz-se necessário expor alguns depoimentos de alunos participantes desta pesquisa no que se refere ao seu entendimento do que é ser alcoolista.

É válido apontar que as falas registradas podem ser categorizadas em três grupos distintos, ou seja, o alcoolismo pode ser entendido como descontrole, dependência e vício.

“É beber incontrolavelmente, que quando bebe uma vez quer tomar todas!” (estudante 5, escola 1, 14 anos).

“Não conseguir se sentir bem sem a bebida” (estudante 14, escola 1, 15 anos)

“É a pessoa que bebe demais sem se controlar, que não se satisfaz em beber socialmente” (estudante 20, escola 1, 15 anos).

“Uma doença” (estudante 33, escola 1, 14 anos).

“Ser uma pessoa dependente da bebida para viver” (estudante 7, escola 2, 13 anos).

“Eu acho que para a pessoa se tornar alcoolista ela deve estar passando por um momento difícil da sua vida e procura a resposta no álcool e acaba se viciando” (estudante 17, escola 2, 14 anos).

“Bebendo sem controle de si mesmo e provocando transtornos diversos” (estudante 22, escola 2, 17 anos).

“É depender quimicamente desse tipo de substância” (estudante 30, escola 2, 15 anos).

“É um vício, uma patologia, muitas vezes com fatores genéticos” (estudante 31, escola 2, 16 anos).

Percebe-se que o conhecimento apresentado por alguns alunos não é incompatível com os conceitos de Uso Nocivo do Álcool e de Síndrome de Dependência do Álcool apresentados anteriormente.

Assim sendo, ao aproveitar o conhecimento prévio dos alunos a respeito da temática, a escola estará construindo um aprendizado em conjunto, não mais uma aprendizagem verticalizada professor - aluno.

Nesse sentido, a prevenção mostra-se como forte aliada no combate ao consumo alcoólico e suas conseqüências, pois: “apesar de ocorrer predominantemente na idade adulta, a dependência demora cerca de dez anos para

se instalar e, para muitos casos, tem início vinculado aos períodos de infância e adolescência” (NOTO, 2004, p.48).

A tabela 10 mostra que 83% dos adolescentes entrevistados não são leigos em relação a conhecimentos de como se tornar um dependente químico.

Tabela 10: Distribuição dos entrevistados segundo o entendimento de como se tornar um alcoolista. Natal - RN, 2004 - 2005

ENTENDIMENTO	PERCENTUAL
SIM	83%
NÃO	15%
NS/NR	2%
TOTAL	100%

Têm sido consideradas mais adequadas as medidas preventivas que trabalham em um nível mais amplo, atingindo, com diferentes estratégias, vários segmentos da sociedade.

A criação de um clima social favorável, ou não, às campanhas de prevenção do álcool vai depender da soma das diversas influências de estímulo ou educação sobre o álcool, em uma determinada sociedade:

A educação preventiva necessita manter uma interface constante com os setores social, cultural e econômico para que possa servir como vetor de um progresso humano integrador. Assim, ela é interminável, acompanhando o homem ao longo do seu percurso, indicando-lhe balizas para prosseguir melhor com as metas e desafios da sua existência, colocando a sua disposição instrumentos técnicos, culturais, artísticos para que se possa capacitar. Muito além, pois da saúde pública, propõe-se restaurar aqueles valores humanos que, desrespeitados, são imprescindíveis para a auto-realização do ser humano com dignidade (BUCHER, 1996, p.19).

A Política Nacional sobre Drogas apresenta como um de seus objetivos:

Educar, informar, capacitar e formar pessoas em todos os segmentos sociais para a ação efetiva e eficaz de redução da demanda, da oferta e de danos, fundamentada em conhecimentos científicos validados e experiências bem-sucedidas, adequadas à nossa realidade (POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS, 2005, p. 4).

As medidas de prevenção adotadas pela escola têm-se caracterizado por, esporadicamente, serem fornecidas informações amedrontadoras, desconectadas do desenvolvimento normal dos currículos, excluindo-se uma intervenção mais sistemática nas condições de ensino e de vida dos alunos:

As escolas que não têm um treinamento e programas de prevenção organizados usam o recurso de fazer palestras periódicas para os alunos. Este recurso, embora válido, não é o mais correto. O palestrante obviamente deve conhecer bem o assunto droga, mas talvez não saiba adequar o seu conhecimento à idade cognitiva dos alunos. Por isso, achamos que esta tarefa deve ser restrita aos educadores. Além disso, após a palestra, o palestrante vai embora e ficam as dúvidas dos alunos, que não serão sanadas. A palestra é importante sim, mas para sensibilizar e dar início a um projeto ou programa de prevenção (BARRETTO, 2000, p.44).

Segundo Barretto (2000), se a cultura, a estrutura burocrática e a família apresentam características que dificultam o estabelecimento de uma cultura de prevenção, como a educação formal deve atuar? Ela deve analisar a realidade de sua comunidade imediata para estar atenta às suas necessidades:

Reconhece-se que não se faz suficiente acionar programas específicos de caráter preventivo somente no âmbito da escola. Mas defende-se a propriedade de apresentar recomendações para programas e ações, a maioria de caráter preventivo, que tenham a escola como agente propulsor, não somente visando à proteção do seu público, mas, também, pelo seu efeito de multiplicação em distintos espaços sociais (ABRAMOVAY, 2002, p. 390).

Ainda neste âmbito, pode-se considerar de fundamental importância uma das diretrizes apresentadas pela Política Nacional sobre Drogas, no sentido da efetivação de uma responsabilidade compartilhada:

Garantir aos pais e/ou responsáveis, representantes de entidades governamentais e não-governamentais, iniciativa privada, educadores, religiosos, líderes estudantis e comunitários, conselheiros estaduais e municipais e outros atores sociais, capacitação continuada sobre prevenção do uso indevido de drogas lícitas e ilícitas, objetivando engajamento no apoio às atividades preventivas com base na filosofia da responsabilidade compartilhada (POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS, 2005).

Quanto ao êxito de programas preventivos, a questão é saber como conseguir efeitos amplos e duradouros, não somente de impacto momentâneo, mas de penetração social profunda e multiplicadora. Não faz sentido exigir o alcance dos objetivos a curto prazo; cabe, sim, visá-los, a médio e longo prazo, tanto pela transmissão de informações, a permear todas as disciplinas de ensino, quanto pela formação de profissionais, pais e outros membros da comunidade escolar, os quais devem atuar como agentes multiplicadores na formação do cidadão:

A educação formal pode facilitar as transformações sociais e os avanços culturais, desde que não atrepele o tempo e a velocidade de que a sociedade necessita para mudar e assumir novos valores. Para perceber essas condições e referendar o seu trabalho, a escola deve começar a prevenção ao abuso de drogas nas reuniões de pais, sondando junto às famílias a oportunidade do tema, a necessidade de se fazer um trabalho preventivo, discutindo as dificuldades dos pais para enfrentar a questão (BARRETTO, 2000, p. 41).

Tais objetivos pressupõem uma reflexão ética a respeito do papel da escola, sobre a finalidade do ensino. Será que lhe cabe apenas a transmissão de informações, visando instrumentalizar o aluno para que possa ingressar no mercado de trabalho, mostrando-se um cidadão útil? Incumbe à escola formar o jovem, social e afetivamente para que possa, em seu processo singular de socialização, chegar a fazer opções pessoais e decidir seus caminhos:

A educação, para tornar-se um instrumento eficaz para a prevenção ao uso e abuso de drogas, terá que enfrentar dificuldades como a desinformação, a organização familiar, a estrutura familiar, a estrutura educacional e o nível de capacidade dos professores e sua remuneração (BARRETTO, 2000, p.37).

Conforme Abramovay (2002), a escola e seus profissionais formam um universo capaz de propiciar o desenvolvimento do aluno, bem como de fornecer condições para que ocorram aprendizagens significativas e interações. Nesse sentido, é válido questionar: Tal pensamento não é referente ao modelo ideal de escola?:

A escola pode acionar a auto-estima e o comprometimento social e incentivar formas de sociabilidade pautadas no respeito e na solidariedade. Em muitos casos, predomina no imaginário social, como vontade uma valoração positiva da escola. Ainda que esta seja criticada, insiste-se, a

escola goza de legitimidade na comunidade de relações sociais primárias na família e, em particular, entre os jovens. A escola é o lugar onde os jovens se socializam, fazem amizades e onde podem ter uma interação com adultos significativos (como os professores). É também um lugar que possui como massa/objeto, conhecimentos, valores e afetos. Vários vetores sociais contam a favor da escola como um lugar privilegiado para se acionar programas preventivos e de atenção (ABRAMOVAY, 2002, p. 388).

Ao propagar tais idéias e valores, a educação preventiva integral ultrapassa, pois, em muito, o âmbito da saúde pública, investindo na formação não apenas científica, mas também ética e cultural do jovem, com vistas à sua capacitação para responsabilizar-se pelas suas opções, em pleno exercício de cidadania.

Para que os dispositivos de prevenção alcancem êxito, é necessária, primeiramente, a identificação do problema que se quer modificar. Em seguida, é preciso o desejo de mudança, o sentimento de co-responsabilidade, a definição conjunta de objetivos e, só depois, a definição de métodos, estratégias e, finalmente, as técnicas de intervenção – eis o caminho da prevenção. De acordo com esta técnica de trabalho, é preciso direcionar a discussão para os fatos que criam o contexto propício ao uso do álcool.

No entanto, a sociedade não pode prescindir de um aspecto fundamental:

A implantação de uma consciência coletiva para a prevenção não vai ser obtida com decretos ou leis, porque a falta de consciência é um traço cultural, mas que para modificar esta situação podemos fazer uso de recursos do sistema educacional e do trabalho comunitário (BARRETTO, 2000, p.35).

É válido salientar, mais uma vez, que isso se constitui em um verdadeiro campo de batalha, onde estão em disputa grupos divergentes com interesses igualmente contraditórios:

No início de 2003, finalmente, o governo introduziu novas e mais profundas restrições para tentar reduzir os problemas relacionados ao consumo de bebidas alcoólicas. Foi criado um grupo interministerial (GTI), sob a coordenação do Ministério da Saúde, para estabelecer parâmetros em relação à regulamentação da indústria de bebidas alcoólicas, incluindo publicidade e propaganda. No entanto, concluído o relatório final do GTI, as recomendações ali registradas não foram colocadas em prática por discordâncias entre os próprios ministérios, alguns priorizam a saúde pública, mas outros se preocupam com questões econômicas mais

imediatas ou sofrem pressão direta e indireta da poderosa indústria do álcool (GOMIDE; PINSK, 2004, p.62-63).

A tabela 11 evidencia a percepção dos adolescentes em relação aos problemas que mais prejudicam o processo de aprendizagem. A maior parte dos entrevistados, ou seja, 22% declaram ser o desinteresse pelos estudos o problema mais grave. O consumo de drogas aparece como segunda causa de prejuízos à aprendizagem, ou seja, 20% dos entrevistados, assim, o afirmam.

Tabela 11: Distribuição dos entrevistados a respeito do que atrapalha o desempenho escolar. Natal - RN, 2004-2005

DIFICULDADES	PERCENTUAL
Desinteresse pelos estudos	22%
Problemas familiares	18%
Problemas de saúde	1%
Indisciplina	6%
Drogas	20%
Álcool	16%
Paixões	14%
Professores despreparados	3%
Total	100%

Fonte: Base de pesquisa Exclusão Social, Saúde e Cidadania

Em comparação com dados da pesquisa “Alcoolismo juvenil” realizada pela Base de pesquisa Exclusão Social, Saúde e Cidadania da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) junto a escolas públicas municipais e estaduais de Natal - RN tem-se uma situação um pouco diferenciada, conforme mostra a tabela correspondente, ou seja, as drogas (20% afirmam) são responsáveis pelo baixo desempenho escolar.



Tabela 12: Distribuição dos entrevistados a respeito do que atrapalha o desempenho escolar

DIFICULDADES	PERCENTUAL
Drogas	20%
Falta de interesse	14%
Crises	10%
Violência, bebidas e drogas	8%
Álcool	4%
NS/NR	44%
Total	100%

Faz-se necessário reforçar a idéia que a escola, apesar de suas limitações, ainda, é indispensável para a formação do sujeito social, seja enquanto docente ou aluno:

Apesar de todas as falhas que a escola possui, seria pior se não existisse. A escola continua sendo um lugar de excelência na transmissão de saberes, de conhecimento. Neste momento histórico, estamos passando por uma grave e profunda crise de valores, principalmente no corpo docente e organizacional. Os graves desajustes sociais têm reflexos muito fortes na estrutura educativa, no processo educativo. Muitos docentes perderam a esperança, a confiança, o entusiasmo, a alegria de ensinar. O depauperamento dos valores mudou drasticamente o ambiente da sala de aula. Existem graves distúrbios de educação, de respeito, de admiração pelo outro e pela própria ação de ensinar, aprender e educar (THUMS, 2003, p. 437).

Percebe-se, também, a diferenciação entre os termos “drogas” e “álcool”. Pode-se, assim, inferir que o álcool não é percebido como droga psicoativa, apesar de o ser.

O álcool, apesar desse “desconhecimento” por parte das pessoas, é considerado droga psicotrópica por atuar no sistema nervoso central, provocando mudanças no comportamento de quem o consome, além de ter o potencial para desenvolver a dependência:

A partir da análise sobre a percepção do álcool como droga é preciso sublinhar, mais do que o fato de o álcool ser ou não considerado como tal, a legitimidade de um discurso normatizador que classifica, compara e o considera como mais aceitável e menos nocivo do que outras drogas - em que pese a literatura especializada sobre os efeitos perniciosos de seu abuso sobre a saúde e o desempenho social e psicológico. Tal aprovação pode ter como referência a "legalidade" relativa das bebidas alcoólicas (ABRAMOVAY, 2002, p.115).

A relação entre consumo de drogas e rendimento escolar envolve uma multiplicidade de fatores internos e externos ao indivíduo e ao meio social no qual ele se insere, fazendo com que a linha que separa as causas e as conseqüências do desencantamento com a escola, que podem repercutir no uso das drogas, sejam muito tênues:

[...] Levantamentos nacionais sobre o uso de drogas entre estudantes do ensino fundamental e médio, realizados pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas – CEBRID – [...] têm evidenciado uma associação positiva entre defasagem escolar (incompatibilidade entre faixa e série) e experimentação de drogas. Os dados relativos a 1997 indicam que cerca de 66,5% dos estudantes pesquisados apresentavam defasagem escolar em sua maioria estudantes faltosos e usuários de drogas. Entretanto, os pesquisadores ressaltam a existência de um quadro geral de ensino deteriorado, condições que repercutem igualmente na vida de estudantes usuários e não usuários (ABRAMOVAY, 2002, p. 372).

De acordo com as tabelas 13 e 14, 78% e 75 % dos entrevistados, respectivamente, afirmam que o álcool é prejudicial à saúde; contudo, a informação, por si só, não é suficiente para que o consumo seja evitado.

Tabela 13: Distribuição dos entrevistados segundo o conhecimento do álcool ser prejudicial à saúde. Natal - RN, 2004 - 2005

CONHECIMENTO	PERCENTUAL
SIM	78%
NÃO	21%
NS/NR	1%
TOTAL	100%

Assim, estar informado a respeito das bebidas alcoólicas é importante, mas isso não significa que o indivíduo vá, necessariamente, estar livre de um

envolvimento perigoso com o abuso ou a dependência do álcool. É preciso também considerar que, em muitos casos, os jovens dominam a informação melhor que os adultos:

A experiência demonstra que apenas informar as pessoas dos riscos de certas práticas não as leva a evitá-las. E isto tanto menos, não se levam em conta as características psicossociais destas. A informação, nas novas abordagens de educação preventiva [...] tem apenas um papel secundário com relação à atenção que deve ser dispensada às necessidades de ordem pessoal e social, entre as quais o uso de drogas se insere como uma manifestação entre as demais. Difundir conhecimentos sobre os malefícios do uso indevido de drogas torna-se, então, apenas um passo dentro de um processo bem mais amplo de preparação adequada para a vida adulta (BUCHER, 1988, p.56-57).

Tabela 14: Opinião dos entrevistados sobre se beber bebidas alcoólicas é prejudicial à saúde

CONHECIMENTO	PERCENTUAL
Concordam	75%
Discordam	18%
Ns/nr	7%
Total	100%

Fonte: Base de pesquisa Exclusão Social, Saúde e Cidadania.

Ainda neste âmbito podem-se considerar os seguintes panoramas:

As tentativas governamentais de controlar a produção sempre foram contornadas pela produção ilícita. Os programas de educação quanto à ingestão de álcool têm tido resultados infrutíferos: propostas de substituição de bebidas de elevado teor alcoólico por outras de menor teor resultaram na Escandinávia, em maior consumo da bebida proposta, porém, com a manutenção dos níveis de consumo da indesejada, com um aumento global do consumo de álcool *per capita* [...] Aparentemente, a única medida para controlar o consumo seria o aumento do preço, seja do preço básico, seja dos impostos que sobre ele incidem. Tal medida, porém, tem contra si inúmeros grupos de interesse, como os produtores de bebidas alcoólicas e o governo, principal beneficiário dos impostos (BERTOLOTE; RAMOS, 1997, p.134).

Conforme Abramovay (2002), o modelo de prevenção que vigora na maioria das escolas não contempla os aspectos afetivos no processo de construção do conhecimento, centrado quase que exclusivamente nos aspectos cognitivos,

priorizando o acúmulo de saberes, a memorização, sem o devido envolvimento pessoal dos sujeitos.

A abordagem recomendada para uma educação preventiva integral eficiente necessita da coordenação de um esforço multissetorial baseado na compreensão profunda dos fenômenos sociais. Nesse sentido, o consumo do álcool adquiriu, ao longo dos tempos, mudanças de significados; contudo, a determinação cultural fundante para o seu consumo ainda permanece ativa.

Neste âmbito, quanto aos objetivos dos programas escolares, entende-se que são baseados em querer modificar as crenças, atitudes e comportamentos dos adolescentes em relação ao álcool. Embora, aumentem o conhecimento, não conseguem modificar o consumo; além disso, fornecer informação sobre os perigos de diferentes substâncias psicoativas pode despertar a curiosidade e estimular o consumo:

Fundamentar as campanhas e programas de prevenção em pesquisas e levantamentos sobre o uso de drogas e suas conseqüências, de acordo com a população-alvo, respeitadas as características regionais e as peculiaridades dos diversos segmentos populacionais, especialmente nos aspectos de gênero e cultura (POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS, 2005, p. 7).

De acordo com Laranjeiras (2004), o exame de alguns programas protagonizados por escolas no sentido de prevenção e combate ao uso de drogas apresenta os seguintes resultados:

- 1) Qualquer que seja o programa educacional adotado, constitui uma alternativa bastante cara e pouco efetiva.
- 2) Seu impacto é pequeno e pouco persistente.
- 3) A educação, por si só, é fraca demais, enquanto estratégia contrária a poderosos fatores de risco que permeiam o ambiente social.
- 4) A hegemonia e popularidade que tais modelos desfrutam não se devem à demonstração de seu impacto ou potencial de reduzir danos relacionados ao consumo de álcool.

5) Deve-se questionar a validade do emprego de recursos financeiros em iniciativas isoladas e perguntar-se por que recursos valiosos permanecem sendo gastos com iniciativas de potencial tão limitado.

6) Recomenda-se o uso de abordagens escolares como parte integrante de um conjunto de políticas de alocação e de regulação. Dessa forma, as abordagens educacionais podem contribuir para a sustentação das outras medidas – nos vários domínios de vida do jovem – e estas podem fornecer as mudanças ambientais necessárias para a efetividade das abordagens baseadas na escola.

Diante do exposto, sem a devida contextualização, conseqüentemente, as intervenções escolares na prevenção e combate ao consumo do álcool entre adolescentes serão inconsistentes e sem credibilidade:

As ações preventivas devem ser planejadas e direcionadas ao desenvolvimento humano, o incentivo à educação para a vida saudável, acesso aos bens culturais, incluindo a prática de esportes, cultura, lazer, a socialização do conhecimento sobre drogas, com embasamento científico, o fomento do protagonismo juvenil, da participação da família, da escola e da sociedade na multiplicação dessas ações (POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS, 2005, p. 5).

Faz-se necessário o cuidadoso planejamento, baseado no profundo e detalhado conhecimento da população alvo. Devem ser implantadas criteriosamente, considerando as especificidades desta, de tal modo que não venham a parecer uma espécie de “corpo estranho” em seu meio:

Não basta existir uma legislação social ou educacional para se resolver um problema de fundo cultural. Há leis que obrigam as escolas a fazerem prevenção do abuso de drogas, que proíbem que se dirija embriagado e usarem o cinto de segurança no automóvel, porém muitas não são cumpridas. Não basta existir a lei, é necessário que as pessoas tenham consciência de que sua aplicabilidade trará benefícios para ela própria e para a sociedade em geral. Somente se existir consciência social, a lei terá ação preventiva porque a sociedade se sentirá responsável por ela (BARRETTO, 2000, p.34).

A tabela 15 mostra o reconhecimento, por parte dos entrevistados, do importante papel da instituição escola, no que se refere à prevenção do uso e abuso de substâncias psicoativas. Vê-se que 88% dos participantes da pesquisa afirmam

concordar com o desenvolvimento de atividades preventivas por parte da instituição escola.

Tabela 15: Distribuição dos entrevistados a respeito da participação da escola na prevenção ao uso do álcool e suas conseqüências. Natal - RN, 2004 – 2005

PREVENÇÃO ESCOLAR	PERCENTUAL
SIM	88%
NÃO	2%
NS/NR	10%
Total	100%

É preciso, no entanto, atentar para a conjugação da escola e outros setores sociais para que tal objetivo seja alcançado de modo minimamente satisfatório:

Ressalta-se, no entanto, que para que essas ações sejam implementadas efetivamente torna-se necessária a participação da família, no sentido de ampliar o diálogo em casa entre os jovens e os pais, por meio da conscientização da importância desse tipo de formação para os filhos. Ao mesmo tempo, faz-se primordial o incentivo e consolidação de parcerias, tanto de instâncias federal, estadual e municipal, como de entidades comunitárias, chamando a atenção para a construção de um projeto mínimo de gestão das ações de prevenção do uso indevido de drogas, uma vez que o desafio se torna coletivo (ABRAMOVAY, 2002, p. 154).

De acordo com Souza (2003), no entanto, a escola, pouco ou nada tem conseguido fazer para evitar o uso indiscriminado de tóxicos entre os jovens. De um lado, os educadores não têm conseguido propiciar aos alunos uma formação que inclua a capacidade de discernir e optar, reconhecendo o direito de serem informados, idoneamente, sobre as questões que afetam a sua vida.

Ainda, conforme Laranjeiras (2004), programas escolares mais abrangentes, que incluem abordagem educacional, tanto individual quanto familiar ou comunitária, treinamento de líderes comunitários e os meios de comunicação de massa apresentaram algum resultado. A literatura especializada recomenda algumas orientações gerais para o desenvolvimento de programas preventivos escolares:

- 1) Os programas de prevenção devem procurar atingir várias áreas da vida do jovem, denominadas domínios da vida, que são: individual, grupal, escolar, familiar, comunitário e social. Pesquisas de prevenção recentes sugerem que, quanto mais domínios da vida são atingidos pelo programa, mais efetivo ele se torna.
- 2) Estudos mostram que o período mais efetivo para a prevenção compreende a faixa etária dos 10 aos 15 anos de idade.
- 3) Programas baseados em métodos interativos são muito mais efetivos do que os baseados em formatos didáticos.
- 4) Agentes multiplicadores jovens podem fazer parte do programa preventivo, desde que estes recebam orientação constante da equipe responsável.
- 5) Programas escolares que possuem intervenções direcionadas aos pais e à comunidade apresentam melhores resultados.

Diante da realidade apresentada, a escola sozinha não atingirá o objetivo da prevenção ao uso de substâncias psicotrópicas entre elas o álcool; pois, como demonstrado anteriormente, os próprios alunos não consideram o álcool um fator preponderante em dificultar a aprendizagem, além de diferenciá-lo das demais drogas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento, enumeram-se algumas considerações tecidas a respeito do fenômeno pesquisado. Salienta-se que os resultados conseguidos pela pesquisa abrem - se para futuras investigações sobre este objeto.

A única certeza é o fato de que o alcoolismo juvenil se apresenta, contemporaneamente, como um fenômeno multifatorial e multifacetado, sendo certo que o seu enfrentamento exige, igualmente, uma articulação estreita entre os diversos institutos sociais, a saber: o Estado, através de formulação, implementação e consolidação de políticas públicas voltadas para essa categoria; a família, com apoio do próprio Estado, na imposição de limites aos jovens e adolescentes; a sociedade em geral, através do apoio e fiscalização no contexto dos diversos Conselhos, na operacionalização de políticas públicas anteriormente referidas; e a Escola, em particular, como um dos grandes agentes de socialização e de equilíbrio entre as forças em presença.

Desta feita pode-se considerar:

1 - A prática social de consumo de bebidas alcoólicas na sociedade brasileira é considerada lícita, ou seja, de caráter não condenável e pode-se afirmar desprovida de questionamentos, sendo vista como algo eminentemente social, ou mesmo algo naturalizado.

2 - Observou-se que as diversas circunstâncias nas quais os adolescentes entrevistados experimentam e participam do consumo do álcool estão intimamente relacionadas a atividades socioculturais. Tal situação não se mostra diferente de outras épocas, pois o álcool apresenta caráter de facilitador de relações devido aos efeitos euforizantes apresentados durante o início de seu consumo, além de ter seu uso permitido em algumas cerimônias religiosas.

3 - A influência dos amigos e dos pares desempenha papel importante; Mesmo no seio familiar, muitos destes estudantes, já, presenciam o consumo alcoólico, o que demonstra a imperiosidade do álcool enquanto símbolo de prazer. Assim, os sujeitos que não fazem o uso de bebidas alcoólicas podem ser considerados diferentes; antiquados em relação àqueles que o fazem.

4 - Observa-se, em dado momento, que muitos dos participantes pertencem aos grupos vinculados à Igreja Católica. Configura-se, então, a



possibilidade de nestes grupos serem desenvolvidas atividades, também, voltadas para a prevenção ao uso do álcool.

5 - O consumo do álcool enquanto prática não condenável, por maior parte da sociedade brasileira, mostra-se como fator dificultante ao reconhecimento do álcool como “droga”, mesmo que seja de uso lícito. Ainda neste âmbito, outras substâncias tão presentes em nosso cotidiano, por exemplo, os medicamentos analgésicos, apresentam potencial causador de dependência e isso não é devidamente problematizado.

6 - Sabe-se que o consumo de drogas está presente em qualquer sociedade, das mais remotas às atuais, sendo que, em cada sistema social, são estipulados os tipos lícitos e ilícitos. Desta feita, cabe questionar, se o uso nocivo do álcool diante de todos os males sociais e de saúde que provoca, poderá ser, em algum momento histórico, considerado ilícito.

7 - Verifica-se que os alunos participantes desta pesquisa apresentam conhecimento de que o álcool é prejudicial à saúde; inclusive apresentam entendimento de como se tornar alcoolista, ou seja, dependente do álcool. Não acreditam, no entanto, que o álcool seja um dos principais causadores de prejuízos à aprendizagem, revelando outros fatores para isto.

É contraditório perceber que, embora seja uma prática considerada lícita por parte dos entrevistados, estes não concordam com a venda de bebidas alcoólicas nas proximidades da escola. O consumo, neste sentido, parece incorreto nas escolas, sendo permitido em diversos outros locais.

8 - É notável o não reconhecimento do álcool como droga psicoativa. Tal situação pode ser compreendida, também, devido ao apelo exercido pela mídia no sentido de viabilizar um consumo cada vez maior desta substância. Tais incentivos são permeados por conteúdos que associam o uso do álcool a situações de bem estar. Como então competir com tão grande aparato?

O desenvolvimento da dependência química não ocorre de modo imediato. Este processo pode levar anos para ser manifestado; não sendo, ainda, possível o diagnóstico precoce.

9 - Os adolescentes colaboradores deste trabalho afirmam que a escola deve estar participando de iniciativas de prevenção. Diante da influência da instituição escolar na vida dos sujeitos, não apenas na transmissão do conhecimento conquistado e acumulado pelas ciências, bem como na transmissão de valores e

normas do viver em sociedade, a escola detém, sim, um importante potencial para exercer a prevenção ao consumo do álcool e outras drogas;

10 - Vê-se que a escola sozinha não conseguirá atingir este objetivo, sendo necessário seu aliamento aos demais grupos sociais, ou seja, com a família, a comunidade, os meios de comunicação, por exemplo. É cabível a indagação: Como a escola conseguirá atingir o objetivo da prevenção a este consumo se muitos dos seus componentes (professores, corpo técnico – pedagógico e outros) fazem uso freqüente de bebidas alcoólicas, considerando este consumo apenas um rito social?.

11 - A adolescência apresenta-se como fase de questionamento e muitas vezes contestação do comportamento de outros sujeitos. Aqui é cabível o zelo pela credibilidade das ações, ou seja, não adiantará a elaboração e execução de medidas de prevenção se não são cumpridas pelos próprios mentores.

12 - Outro aspecto refere-se ao aproveitamento dos próprios alunos nestas iniciativas. Os chamados agentes multiplicadores podem desenvolver atividades de integração com outros jovens, no intuito de discutir a situação do consumo de álcool, bem como de outras drogas, com a vantagem de estarem mais próximos aos demais, não apenas fisicamente, por força do convívio, mas também emocional e socialmente.

13 - Neste âmbito, ressalta-se que a informação sozinha não se mostra suficiente para que a prevenção seja efetivada. A informação precisa de um aparato chamado conscientização. Como conseguir este alicerce é um desafio que se coloca para toda a sociedade.

## RECOMENDAÇÕES

As recomendações, bem como as considerações finais, sugerem novas pistas para investigações futuras. Apesar de o tratamento dos resultados coletados junto ao universo pesquisado apontar algumas alternativas de solução, tudo continua em aberto.

Da mesma forma, no trato de questões desta natureza faz-se necessária a articulação equilibrada de abordagens e procedimentos metodológicos, às vezes distintos, que contribuam eficazmente para a compreensão e o alcance desta teia não só complexa, mas também de difícil apreensão; sobretudo quando essas questões são vistas como expressões contemporâneas da questão social, as quais fazem parte da ordem do dia, na prática cotidiana do serviço social.

Desta feita recomenda-se:

1- No tocante à compreensão da influência do consumo do álcool no processo de aprendizagem dos adolescentes sugere-se a realização de estudos posteriores. Esta temática prevê a participação de profissionais de outras áreas do saber, não sendo especificidade, apenas, do Serviço Social.

2- A participação do assistente social no combate e prevenção ao uso nocivo do álcool, também, deve ser estudada. Ao considerar como objeto de intervenção profissional as múltiplas expressões da Questão Social, pode-se considerar que, diante dos resultados da pesquisa expostos neste trabalho, o consumo do álcool por adolescentes constitui uma expressão da “Questão Social explícita e não latente” nos termos de Pereira (2001).

3- Devido à dificuldade de diagnóstico precoce da Síndrome de Dependência do álcool, ou seja, como não é possível saber quem se tornará dependente químico, ou não, da droga álcool, tornam-se fundamentais os investimentos do Estado na elaboração de políticas públicas de saúde e educação no sentido de prevenção e combate ao uso do álcool. Assim sendo, são cabíveis pesquisas focadas nestas áreas de atuação estatal, as quais também podem ser protagonizadas por profissionais do Serviço Social.

4 – É pertinente a realização de estudos voltados para a atuação da escola junto aos outros segmentos da sociedade em questão (comunidade na qual está inserida, famílias dos alunos, meios de comunicação disponíveis), no sentido de programar ações que objetivem a prevenção e combate, não apenas do consumo do

álcool, bem como das demais drogas lícitas e ilícitas. Independente de sua modalidade, pública ou privada, a escola mostra-se como indispensável à formação sociocultural do ser humano.

5- Refletir a respeito do enfrentamento do consumo de substâncias psicotrópicas, enquanto fenômeno histórico é imprescindível. Dessa forma, o posicionamento pertinente à redução de danos mostra-se como alternativa ao tradicional tratamento repressivo dado à questão da dependência química na sociedade brasileira. Nesse âmbito, a prevenção também desempenha papel fundamental.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Escola e violência**. Brasília, UNESCO, UCB, 2003.

\_\_\_\_\_. **Violência nas escolas**. Brasília: UNESCO, Coordenação DST/AIDS do ministério da saúde, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME: 2002.

\_\_\_\_\_. **Drogas nas escolas**. Brasília: UNESCO, Coordenação DST/AIDS do ministério da saúde, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME: 2002.

BARRETTO, Lélío Muniz. **Dependência química nas escolas e nos locais de trabalho**. Rio de Janeiro: Qualytmak Ed,2000.

BERTOLETE, José Manuel; RAMOS, Sérgio de Paula. Problemas sociais relacionados ao consumo do álcool. **Alcoolismo hoje**. 3ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BERTOLETE, José Manuel. Conceitos em alcoolismo. **Alcoolismo hoje**. 3ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BEZERRA, Valdir Craveiro; LINHARES, Ana Carolina Bessa. A família, o adolescente, e o uso de drogas. **Cadernos juventude, saúde e desenvolvimento**. Brasília, Ministério da Saúde, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BORDIN, Ronaldo. Alcoolismo: grave problema de saúde pública. **Saúde: informações básicas**. 3ª ed. Porto Alegre, 2002.

BRASIL, Constituição Federativa do Brasil. 2 ed. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo, 2006.

BRASIL, Política Nacional sobre drogas. Brasília, 2005.

BRASIL, Declaração de Brasília de políticas públicas sobre álcool. Brasília, 2005.

BUCHER, Richard. **Drogas e sociedade nos tempos da Aids**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

CAVASIN, Sílvia; ARRUDA, Silvani. Adolesci. E agora? **Prevenir é sempre melhor**. Brasília: Ministério da Saúde, Coordenação Nacional de DST e Aids, 1998.

COSTA, Ana Carolina L. L. da. GONÇALVES, Elizabeth Costa. A sociedade, a escola e a família diante das drogas. **As Drogas e a vida: uma abordagem biopsicossocial**. São Paulo. EPU: 1988.

PEREIRA, João Dantas. Consumo de álcool começa cedo. **Diário de Natal**. Sábado, 8 de janeiro de 2005.

DONEDA, Denise; SERAFIN, Denise. O Uso indevido de drogas e a Aids. **Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento**. Brasília: Ministério da Saúde, 1999.

ELUF, Luiza Nagib. As drogas e a legislação brasileira. **Adolescência e drogas**. São Paulo: Contexto, 2004.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Lei 8.069/90. Brasília: Atlas, 1997.

FOSTER, G.M. **Las culturas tradicionales y dos los câmbios técnicos**. México: Fondo de cultura econômica, 1964.

FOUCAULT, Michel. Os corpos dóceis. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1977.

GARCIA, Jacinta Turolo; CAPDEVILLE, Guy. **Educação Católica**. Brasília. Universa, 2001.

GOMIDE, Paula Inez Cunha; PINSKY, Ilana. A influência da mídia e o uso das drogas na adolescência. **Adolescência e drogas**. São Paulo: Contexto, 2004.

GONÇALVES, Elizabeth Costa. Alguns conceitos referentes à toxicomania. **As drogas e a vida: uma abordagem biopsicossocial**. São Paulo. EPU: 1988.

HARVEY, David. **A condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.

HYGINO, Ângela; GARCIA, Joana. Drogas: A permanente (re) encarnação do mal. **Revista Serviço Social e Sociedade**. Nº 74, ano 24. São Paulo: Cortez, 2003.

JAMESON, Frederic. Pós-Modernidade e sociedade de consumo. **Novos estudos CEBRAP**. Nº12, São Paulo, junho de 1985.

JESUS, Paula Renata Camargo de. **A automedicação no Brasil: um sintoma a ser analisado**. Disponível em [www.google.com.br](http://www.google.com.br). Acesso em 02/03/06.

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia geral**. 7º ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LARANJEIRA, Ronaldo; ROMANO, Marcos. Consenso brasileiro sobre políticas públicas do álcool. **Revista Brasileira de Psiquiatria**. vol.26. São Paulo, 2004. Print ISSN 1516-4446. Disponível em [www.google.com.br](http://www.google.com.br). Acesso em 08/04/06

LARANJEIRA, Ronaldo; PINSKY, Ilana. **O alcoolismo**. 6 ed. São Paulo. Contexto: 2000.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas; Amostras e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 1986.

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia da educação: introdução ao estudo da escola no processo de transformação social**. 11ª ed. São Paulo: Loyola, 2003.

MENDOZA, Aurora Zamora. O uso de álcool na adolescência, uma expressão de masculinidade? Ribeirão Preto – São Paulo, 2004.

MENGUE, Sotero Serrate; SCHENKEL, Eloir Paulo. Automedicação. **Saúde: informações básicas**. 3ª ed. Porto Alegre, 2002.

OLIVEIRA, Jozenir Alves de. A adolescência e o uso de drogas. **As drogas e a vida: uma abordagem biopsicossocial**. São Paulo. EPU: 1988.

PAIVA, Cláudio Cortes. Motivações para o uso de droga. **As drogas e a vida: uma abordagem biopsicossocial**. São Paulo. EPU: 1988.

PEREIRA, João Dantas. Alcoolismo Juvenil. **Revista Desafios Sociais**. Natal, ano 2, nº2, 2002.

PEREIRA, Potyara A. Questão social, Serviço Social e Direitos de Cidadania. **Revista Temporalis** 3, Ano II, ABEPSS, janeiro a junho 2001.

RIBEIRO, Marcos. Estou mudando. **Prevenir é sempre melhor**. Brasília: Ministério da Saúde, Coordenação Nacional de DST e Aids, 1998.

ROCHER, Guy. **Talcott Parsons e a sociologia americana**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

SÁ, Teresa. O desvio e a norma: a perspectiva sociológica. **Marginalidade, risco e delinquência**. Cadernos Malhoa 1. Portugal, 2001.

SILVA, Vilma Aparecida da; MATTOS, Hécio Fernandes. Os jovens são mais vulneráveis às drogas? **Adolescência e drogas**. São Paulo: Contexto, 2004.

SILVEIRA, Dartiu Xavier. **Um guia para a família**. Brasília: Presidência da República, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional Antidrogas, 2000.

SLATER, Don. **Cultura do consumo e modernidade**. São Paulo: Nobel, 2002.

SOUZA, Regina Magalhães de. **Escola e juventude**: o aprender a aprender. São Paulo: EDUC / Paulus, 2003.

THUMS, Jorge. **Ética na educação**: filosofia e valores na escola. Canoas: Ed. ULBRA, 2003.

TOTUGUI, Márcia Landini. Visão histórica e antropológica do consumo de drogas. **As drogas e a vida**: uma abordagem biopsicossocial. Centro de Orientação sobre Drogas e Atendimentos a Toxicômanos. São Paulo: EPU, 1988.

VEET, Vivarta. **Equilíbrio distante**: tabaco, álcool e adolescência no jornalismo brasileiro. Série Mídia e Mobilização Social. São Paulo: Cortez, 2003.

XIBERRAS, Martine. **As teorias da exclusão: para a construção do imaginário do desvio**. Epistemologia e sociedade, Portugal, 1993.

ZAGURY, T. **O adolescente por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Record, 2000.



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)